



PAC 2021

Prestação Anual de
Contas

Índice

1- Relatório da Administração	2
2- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias	24
2.1- Balanço Patrimonial	24
2.2- Demonstração do Resultado do Exercício	26
2.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	27
2.4- Demonstração do Fluxo de Caixa	28
2.5- Notas Explicativas	29
3- Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal	50
3.1- Relatório dos Auditores Independentes.....	50
3.2- Parecer do Conselho Fiscal.....	52
4- Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controle Internos	53
5- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias	59
5.1- Balanço Patrimonial	59
5.2- Demonstração do Resultado do Exercício	61
5.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	62
5.4- Demonstração do Fluxo de Caixa	63
5.5- Notas Explicativas	64
6- Notas Conciliatórias Societária x Regulatória.....	82
7 - Relatório dos Auditores Independentes	86

1- Relatório da Administração

Missão

Oportunizar qualidade de vida e geração de riqueza à família associada e a consumidores, por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, segurança e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável.

Visão

Estar até 2024, entre as cinco melhores cooperativas de energia elétrica do Brasil em qualidade, eficiência e satisfação do consumidor, visando o desenvolvimento socioeconômico dos associados, consumidores e colaboradores.

Valores

- Cooperação em todas as atividades;
- Interesse pelo desenvolvimento da comunidade;
- Respeito às pessoas;
- Excelência na prestação de serviços;
- Isonomia nas decisões;
- Transparência;
- Ética;
- Respeito ao Meio Ambiente

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Senhores Associados

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CEGERO para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

O Presidente do Conselho de Administração da Cegero apresenta o relatório da administração do exercício de 2021, certo de que nossas ideias e ações estão condizentes com o negócio da cooperativa que é distribuir energia elétrica.

Os pilares que guiam nossas atividades são:

- **Transparência:** Uma Cooperativa é uma organização que pertence a todos os associados. Logo, todos precisam ter 100% de clareza do que se passa dentro da mesma. A transparência é fundamental na gestão da Cooperativa e faz parte na nossa essência.
- **Pertencimento:** Não existe apenas um presidente. Todos os associados fazem parte e são corresponsáveis pela cooperativa. Todos precisam e devem ter voz ativa durante a gestão da mesma, por meio das Assembleias Gerais e acompanhamento periódico dos resultados da Cooperativa.
- **Isonomia:** Não pensando apenas em um, mas em todos. Que todos tenham acesso aos mesmos serviços e recursos, sem discriminação. Esse é um dos pilares do cooperativismo que direciona e mantém firme nosso propósito. Uma cooperativa de todos e para todos.

Por fim, reforço nosso compromisso com os associados de buscar sempre a menor tarifa e entregar uma energia com qualidade e confiabilidade do sistema.

Francisco Niehues Neto

Presidente do Conselho Administrativo

Cenário

A CEGERO atua no segmento de distribuição de energia elétrica, ao longo de 58 anos de existência.

A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Pedras Grandes e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 331 novas ligações, totalizando 6.655 consumidores atendidos pela Outorgada, número 5,23% superior ao de 2020.

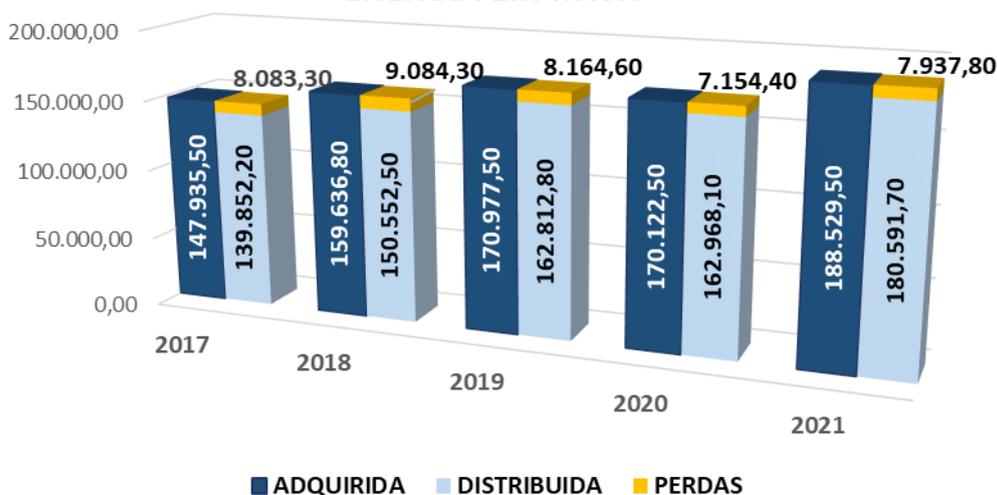
Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	4.283	4.453	4.628	4.746	5.006
Industrial	153	152	140	154	173
Comercial	467	500	510	542	575
Rural	893	804	801	790	806
Poderes Públicos	45	46	45	48	48
Serviços Públicos	32	35	38	39	40
Iluminação Pública	-	2	5	5	7
Total	5.873	5.992	6.167	6.324	6.655
Variação	2,32%	2,03%	2,92%	2,55%	5,23%

Comportamento do Mercado: No período de janeiro a dezembro de 2021, a Cegero adquiriu um total de 188.529.570 kWh e distribuiu 180.591.694 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 4,21%, ou seja, 7.937.876 kWh. Por sua vez, a energia elétrica distribuída aos associados registrou um crescimento de 10,81% em relação ao ano de 2020.

ENERGIA em MWh	2017	2018	2019	2020	2021
ADQUIRIDA	147.935,5	159.636,8	170.977,5	170.122,5	188.529,5
DISTRIBUIDA	139.852,2	150.552,5	162.812,8	162.968,1	180.591,7
PERDAS	8.083,3	9.084,3	8.164,6	7.154,4	7.937,8
PERDAS %	5,46	5,69	4,77	4,21	4,21

ENERGIA EM MWH

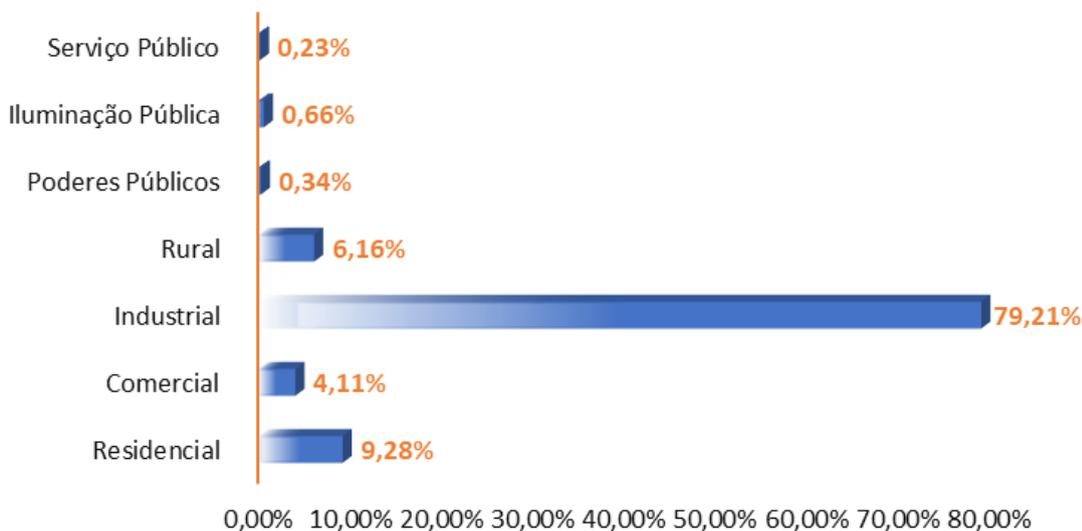


A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - MWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	139.482	150.447	162.694	162.862	180.477
Fornecimento	139.482	150.447	162.694	162.862	180.477
Residencial	13.767	13.925	15.416	16.044	16.742
Comercial	5.455	120.045	6.378	6.289	7.421
Industrial	110.710	5.596	127.730	126.953	142.964
Rural	8.526	9.811	10.848	11.323	11.123
Poderes Públicos	624	650	659	447	618
Iluminação Pública	0	5	1.278	1.238	1.186
Serviço Público	400	416	385	567	424
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Total	139.482	150.447	162.693	162.862	180.477
Variação	4,13%	7,86%	8,14%	0,10%	10,82%

CONSUMO POR CLASSE DE CONSUMIDORES



A seguir são apresentadas as perdas totais de energia sobre a energia requerida em 2021:

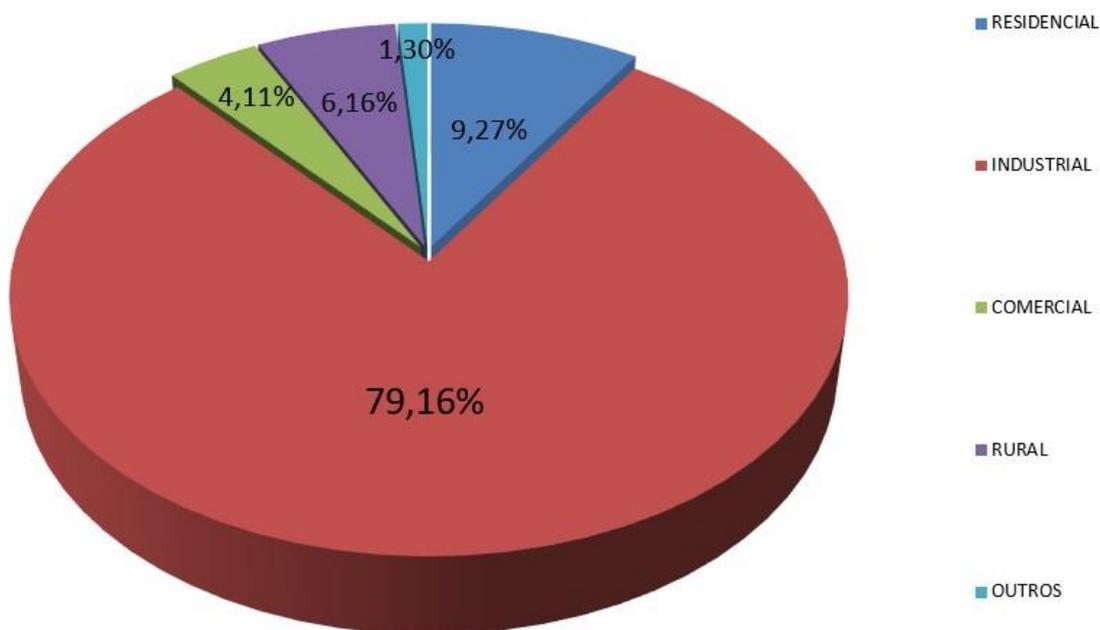
Balço Energético

Energia Requerida	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	139.482	150.447	162.693	162.862	180.477
- Fornecimento	139.482	150.447	162.693	162.862	180.477
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Mercado Atendido	139.482	150.447	162.693	162.862	180.477
Perdas na Rede Básica	0	0	0	0	0
Pernas na Distribuição	8083	9084	8165	7154	7938
Perdas Técnicas	8083	9084	8165	7154	7938
Perdas não Técnicas - PNT	0	0	0	0	0
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	8083	9084	8165	7154	7938
PT / Energia Requerida %	5,48%	5,69%	4,78%	4,21%	4,21%
Total	147.565	159.531	170.858	170.016	188.415

Consumo de Energia por Classe de Consumo: A seguir são apresentados os percentuais de consumo de energia elétrica, divididos por classe de consumo, números que mantêm dados históricos estáveis nos últimos anos.

CLASSE	2017	2018	2019	2020	2021
RESIDENCIAL	9,78	9,25	9,47	9,84	9,27
INDUSTRIAL	78,62	79,73	78,45	77,90	79,16
COMERCIAL	3,87	3,71	3,92	3,86	4,11
RURAL	6,06	6,52	6,66	6,95	6,16
POD. PÚBLICOS	0,44	0,44	0,41	0,27	0,34
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,28	0,28	0,24	0,35	0,23
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,88	0,00	0,78	0,76	0,66
CONSUMO PRÓPRIO	0,07	0,07	0,07	0,07	0,06
TOTAL (%)	100	100	100	100	100

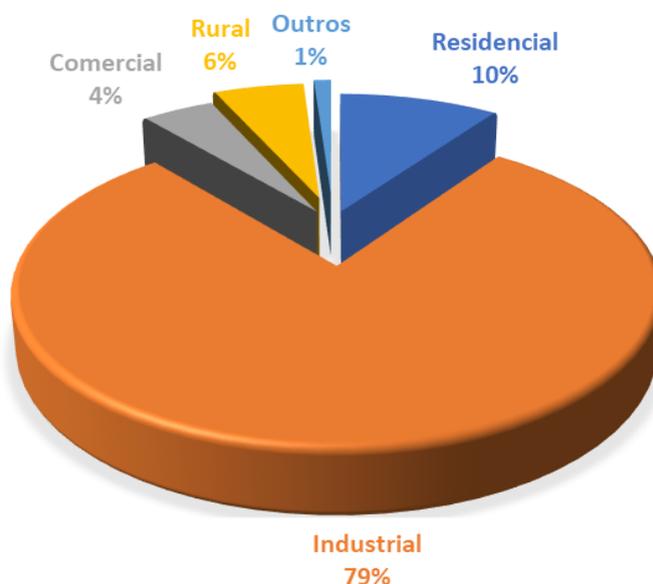
REPRESENTAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONSUMO POR CLASSE



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 76,2 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2021	2020	%
Residencial	7.425	5.996	23,83%
Industrial	60.387	43.279	39,53%
Comercial	3.364	2.414	39,35%
Rural	4.256	3.321	28,15%
Outros	811	636	27,52%
Total	76.243	55.645	37,02%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 3,78% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

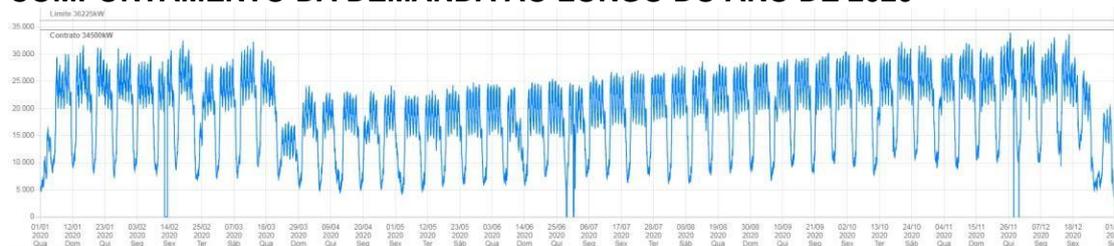
Número de consumidores			
Classe	2021	2020	%
Residencial	4.966	4.746	4,64%
Industrial	163	154	5,84%
Comercial	564	542	4,06%
Rural	775	790	-1,90%
Outros	95	92	3,26%
Total	6.563	6.324	3,78%

Varição na Demanda Média Anual Adquirida: Com relação à variação da demanda adquirida na subestação Cegero, tivemos como máxima demanda medida, o valor de 34,4 MW (37,4 MVA), registrado no dia 12/01/2021, que representa um crescimento de 1,38% em relação a maior demanda medida em 2020.

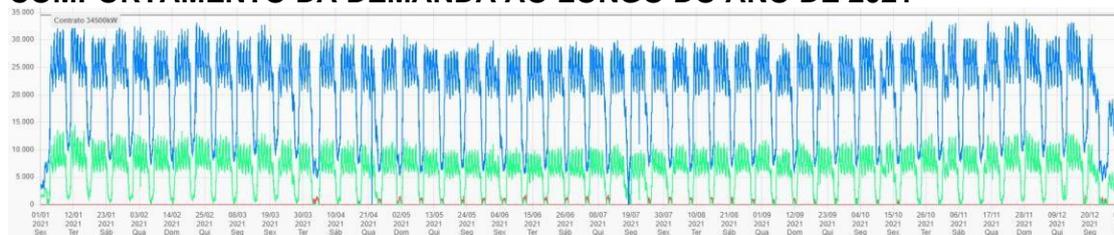
ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (MW)		Crescimento %	
	FORA PONTA	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2017	25,7	23,1	5,07	4,45
2018	27,5	24,6	6,84	6,05
2019	28,9	25,2	5,09	2,44
2020	29,7	25,1	2,76	(-0,4)
2021	32,0	27,3	7,74	8,76

PONTA – 18:30 às 21:30

COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2020



COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2021



EXTENSÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA:

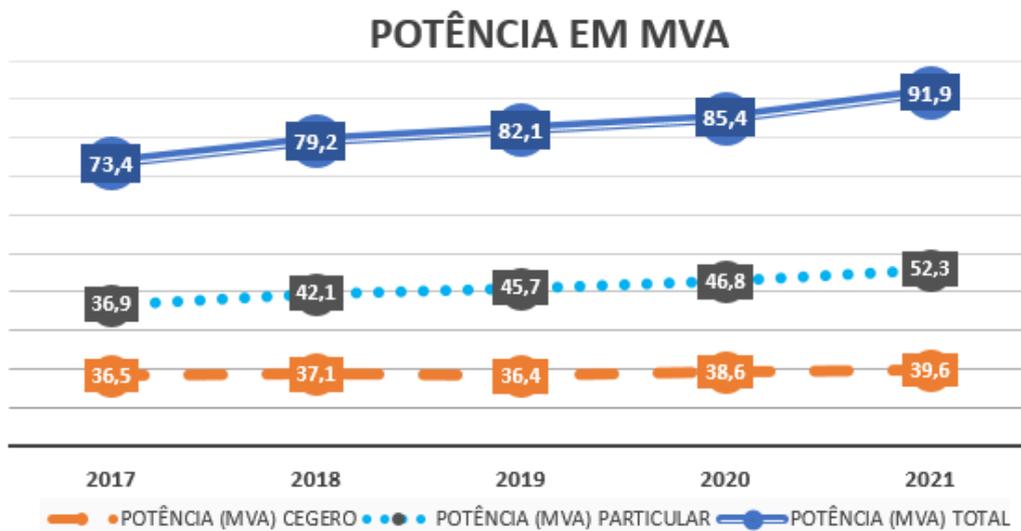
ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)			EXTENSÃO DE REDES (BT)			
	1Ø (km)	3Ø (km)	total (km)	1Ø (km)	2Ø (km)	3Ø (km)	total (km)
2017	26,84	259,81	286,65	88,81	9,41	202,20	300,42
2018	26,51	261,95	288,46	67,07	8,23	192,83	268,13
2019	26,14	266,54	292,68	63,87	7,88	181,17	252,92
2020	25,56	271,91	297,47	72,43	7,49	184,27	264,19
2021	24,80	278,52	303,32	78,63	7,25	188,07	273,95

TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO INSTALADOS NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
COOPERATIVA	589	594	596	623	635
PARTICULARES	41	50	63	97	109
TOTAL	630	644	659	720	744

POTÊNCIA INSTALADA EM MVA NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	POTÊNCIA (MVA)		TOTAL
	CEGERO	PARTICULAR	
2017	36,5	36,9	73,4
2018	37,1	42,1	79,2
2019	36,4	45,7	82,1
2020	38,6	46,8	85,4
2021	39,6	52,3	91,9



Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2021, considerando o adicional de bandeira tarifária, atingiu R\$ 422,51/MWh, com aumento de 23,66% em relação a 2020. Por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.938, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021, as tarifas de aplicação da Cegero, constantes da Resolução Homologatória nº 2.767, de 6 de outubro de 2020, foram, em média, reajustadas em 11,41% (onze vírgula quarenta e um por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos

consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, em vigor no período de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022.

Tarifa média de fornecimento

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh (c/ bandeira tarifária)
Residencial	443,52
Industrial	422,39
Comercial	453,39
Rural	382,65
Outros	363,77

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (Horas)	TMA
2020	8,99	4,39	N/A	1h43min
2021	9,66	5,37	N/A	1h02min

A Cegero foi regularizada como permissionária de serviço público de distribuição de energia em 2018, conforme resolução autorizativa nº 7.278/2018 e consequente resolução homologatória nº 2.487/2018.

Segundo o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 008/2018/ANEEL, a apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais, bem como relativos aos tempos de atendimento emergencial, devem ser iniciados na etapa 2 do contrato, período relativo aos 12 meses seguintes da etapa 1. Logo os indicadores da Cegero passaram a ser oficialmente apurados somente em 2020, impossibilitando o envio dos últimos 5 anos.

Com relação ao Tempo de Espera, segundo o art. 184 da Resolução nº 414/2010, a implantação da Central de Teleatendimento – CTA é obrigatória para distribuidora com mais de 60 (sessenta) mil unidades consumidoras.

Tecnologia da informação - Em 2021, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Continuidade na melhoria e adequação de toda infraestrutura de tecnologia lógica e física para com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- Continuidade do projeto de reformulação da Segurança da Informação, Plano de Continuidade de Negócio e Gestão de Risco da Informação, com a reestruturação de políticas de backups de bases de dados, segurança de redes de comunicação, controles de acesso, firewall, homologações de softwares e hardwares, reestruturação de acesso a redes móveis, atualização de sistemas operacionais, treinamento e conscientização de usuários e etc;
- Conclusão da migração dos módulos do sistema ERP de desktop para Web visando acessibilidade, disponibilidade, segurança, escalabilidade, melhor desempenho, e conseqüente economia de recursos aplicados;
- Gestão da marca (branding) e redes sociais;
- Melhorias no formato de atendimento digital automatizado ao consumidor no que se refere a site, agencia virtual, comunicados via sms, e-mail e telefonia;
- Continuidade nos estudos e encaminhamento do projeto de redes inteligentes com a manutenção e implantação de equipamentos de controle e operação remotos;
- Manutenção da infraestrutura física e lógica;
- Melhorias no software de rastreamento de veículos em serviço, mapas, controle por GPS, e nos hardwares de comunicação por rádio;
- Manutenção e melhoria de softwares, hardwares e redes de conexão e servidor, no que se refere a leitura, desde aparelhos leitores e impressoras portáteis a conexão em redes sem fio em um novo servidor melhorado;
- Contratação de empresa especializada em segurança da informação para prestação de suporte e consultoria na área;
- Recontração e aumento de banda de internet, possibilitando continuidade e novas demandas de serviços conectados;
- Início das adequações para conformidade a RN 964 de Segurança Cibernética da Aneel.

Desempenho econômico-financeiro - Em 2021, o lucro líquido foi de R\$ 3,6 milhões, contra R\$ 5,5 milhões em 2020, uma redução de 35%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 59,9 milhões, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 50,9 milhões, um aumento de 18%.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 10,7 milhões, 16% superiores em relação à 2020.

Destacamos a seguir os principais equipamentos, materiais e serviços executados no sistema elétrico de distribuição:

01. Para suprir o crescimento da demanda, foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição (22 unidades), repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia, etc. Investimento em transformadores novos no valor de R\$ 227.986,70.
02. Foram comprados neste exercício cabos de aço, cobre e alumínio de várias bitolas, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 480.830,21.
03. Dando continuidade às melhorias nas redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram utilizados 301 novos postes de várias bitolas (R\$ 513.932,68), bem como 376 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica galvanizada (R\$ 80.956,75), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 83.797,21), totalizando investimento de R\$ 678.686,64.
04. Investimento em isoladores, destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.056 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 68.061,43.
05. Foram utilizados 170 novos para raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a

instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para raios danificados, no valor total de R\$ 19.009,29.

06. Instaladas 155 novas chaves fusíveis polimérica (R\$ 30.793,49), 8 chaves seccionadoras By Pass (R\$ 10.396,88), 6 chaves seccionadoras polimérica (R\$ 3.560,70) e 66 chaves seccionadora porcelana (R\$ 29.747,60), totalizando investimento de R\$ 74.498,67.
07. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 580 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm² (R\$ 40.757,73) e 490 hastes de terra (R\$ 31.975,73) no valor total de R\$ 72.733,46.
08. Para execução de projetos de construção, ampliação, melhoria e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica da Cegero, foram realizados 194 projetos, no valor de R\$ 3.504.672,24.
09. Aquisição de 492 medidores de energia, de diversos modelos e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial) no valor total de R\$ 282.148,10.
10. Aquisição de 5 reguladores de tensão, 13.800 Volts, 400 Amperes, sendo 3 utilizados no novo alimentador industrial e 2 para reserva de emergência, no valor total de R\$ 448.800,00.
11. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 55.417,90.
12. Utilização de equipes terceirizadas, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, serviços emergenciais e equipe de linha viva, evitando ao máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e ampliação, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 617.651,20.
13. Realizada a ampliação da subestação Cegero 138 kV, com a instalação de um transformador de 20/26 MVA, totalizando 3 transformadores na subestação

Cegero, capacidade de distribuição de 60/78 MVA. Valor total da obra R\$ 4.940.488,15.

14. Construção do sétimo alimentador Cegero, possuindo agora 1 alimentador para atender as áreas rurais, 1 para o centro e 5 alimentadores industriais. Valor da obra do sétimo alimentador foi de R\$ 825.956,01.
15. Foram 6010 atendimentos realizados e 6993 serviços concluídos no ano, processos de obras e/ou solicitações de atendimentos aos associados, envolvendo redes de distribuição, poda de árvores próximas da rede, manutenção da iluminação pública, vistorias para ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, falta de energia, análise de tensão, entre outros.
16. Com relação a qualidade do fornecimento, o tempo médio sem energia no ano foi de 9,68 horas, com uma quantidade média de 5,38 interrupções de energia, representando uma disponibilidade média de energia elétrica de 99,89% no ano.
17. Ainda com relação a qualidade, de acordo com uma pesquisa realizada anualmente pela ANEEL, com 96 distribuidoras de todo o Brasil, em 2021 a pesquisa apontou a Cegero entre as 10 melhores distribuidoras do país em termos de satisfação e qualidade. O índice de satisfação foi de 80,22%, sendo a média nacional de 67,05%. Já no âmbito de qualidade, o índice da Cegero foi de 87,7%.



Imagem 01: Transformadores de Distribuição



Imagem 02: Comunidade Rio Glória



Imagem 03: Bairro Bela Vista



Imagem 04: Comunidade do Mar Grosso



Imagem 05: Comunidade de Bom Retiro Baixo



Imagem 06: Subestação CEGERO



Imagem 07: Equipamentos de Segurança

Em 2022, estão previstos os seguintes investimentos:

1. Inspeção termográfica nas redes de distribuição e subestação no valor de R\$ 6.000,00.
2. Melhoria da rede no Bairro Serraria, valor de R\$ 110.000,00.
3. Melhoria de rede AT e BT na localidade de Santo Antônio, etapa 1, no valor de R\$ 80.000,00.
4. Melhoria de rede AT e BT na localidade de Santo Antônio, etapa 2, no valor de R\$ 80.000,00.
5. Melhoria de rede AT e BT na Barra do Rio Pinheiros, com instalação de um religador automático para proteção do sistema, valor da obra R\$ 65.000,00.
6. Ampliação e melhoria de rede em AT e BT na Comunidade do Mar Grosso, desde a instalação transformadora IT 120 até a IT 413, no valor de R\$ 255.000,00.
7. Melhoria da rede em AT e BT no Bairro Rio Pinheiros, da instalação transformadora IT 186 até a IT 187, no valor de R\$ 95.250,00.
8. Melhoria de rede AT e BT na Estrada Geral 3 Divisas, no valor de R\$ 92.000,00.
9. Melhoria de rede em BT Rua Elizabete Locks, no valor total de R\$ 15.000,00.
10. Melhoria de rede em AT e BT na Comunidade da Serrinha, no valor de R\$ 110.000,00.
11. Melhoria e Ampliação de rede AT e BT na Rua Felipe Schlickmann, valor de R\$ 60.000,00.
12. Projeto de rede AT e BT na SC 108, próximo Associação ABB, valor de R\$ 60.000,00.
13. Ampliação e melhoria de rede AT e BT na Comunidade de Rio das Furnas, valor total de R\$ 85.000,00.
14. Projeto de repotencialização dos transformadores, valor aproximado de R\$ 300.000,00.
15. Ampliação da rede de distribuição industrial denominada CGO 01, no Bairro Nova Estrela para atendimento a associado e melhor divisão de cargas demandadas, no valor de R\$ 200.000,00.

16. Melhoria de rede em AT e BT, envolvendo as ruas transversais no Bairro Bela Vista, no valor de R\$ 200.000,00.
17. Inspeção Térmica das redes de distribuição, valor de R\$ 6.000,00
18. Instalação dos medidores com módulo de qualidade da energia, sorteados pela Aneel, com medição automatizada e com envio de relatórios mensais da qualidade da energia elétrica para Aneel. Serão 16 medidores instalados no ano de 2022, valor aproximado dos custos de R\$ 35.000,00.
19. Construção de uma linha de transmissão em 138 kV, com 30,2 km de extensão, possibilitando melhorar ainda mais a capacidade de distribuição da Cegero no futuro, melhorando a qualidade da energia recebida pela Cegero, assim como a aquisição de uma energia com menor custo que a atualmente adquirida. Valor do estimado para a execução do projeto de até R\$ 60.000.000,00, a ser dividido igualmente entre a Cegero e a Cerbranorte. Valor da Cegero R\$ 30.000.000,00.

Gestão pela qualidade total: Como forma de atestar a qualidade dos serviços prestados, em 2020, a Cegero teve o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela NBR ISO 9001, atestando que toda a Cooperativa, ou seja, todos os setores, seguem padrões internacionais de qualidade, visando sempre a isonomia e excelência nos serviços prestados. Em 2021, a Cegero passou a fazer parte de um seletor grupo de distribuidoras do Brasil, que possuem a certificação internacional ISO 14001, norma que garante a proteção do meio ambiente por meio de práticas sustentáveis.



Imagem 8: Certificado ISO 9001



Imagem 09: Certificado ISO 14001

Mudanças internas:

01. Manutenção dos treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas diariamente. Foi dada continuidade ao processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.
02. Execução de 79 ações de melhoria contínua, nos diversos setores da Cooperativa.
03. Manutenção dos treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas diariamente.
04. Fechamento do ano com 97,3% de adequação aos princípios da excelência em gestão, do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas – PDGC, organizado pelo SESCOOP. A metodologia desse Programa está pautada no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), de referência internacional, utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações.



Imagem 10: Treinamento Contínuo

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Destacamos a seguir as entidades beneficiadas com R\$ 438.028,47 de recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES:

- II. Rede Feminina De Combate Ao Câncer de São Ludgero: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para manutenção das atividades, contribuindo assim com 4297 procedimentos realizados pela Rede em 2021.
- III. Apae de São Ludgero: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para ajudar na manutenção das atividades e no atendimento a 125 alunos.
- IV. Unidade Básica de Saúde de São Ludgero: R\$ 186.150,00 (cento e oitenta e seis mil, cento e cinquenta reais), para manutenção do plantão médico 24 horas e aquisição de aproximadamente 5500 testes rápidos para ajuda ao enfrentamento do COVID-19.
- V. Hospital Santa Teresinha de Braço do Norte: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para manutenção das atividades, contribuindo assim com mais de 5699 atendimentos realizados pelo hospital a moradores da cidade de São Ludgero no ano de 2021.
- VI. Pastoral Social: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para manutenção das atividades e

ajuda de acamados e pessoas carentes.

- VII. Cooperativismo: R\$ 41.878,47 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) com ações voltadas ao desenvolvimento da educação cooperativista, com capacitação de profissionais da educação vinculados às redes estadual e municipal de ensino, promoção do Dia C, promoção da Páscoa e Festa Junina em conjunto com as escolas do município, além de projeto de orientação profissional, com foco na formação de novas lideranças, desenvolvido para alunos do 3º ano do ensino médio.



Imagem 11: Projeto: Educadores Transformadores



Imagem 12: Dia do Meio Ambiente



Imagem 13: Campanha: Cobertor Solidário



Imagem 14: Formação de Novas Lideranças

Com relação ao preço praticado, em 2021 a Cegero teve um reajuste médio de 11,41% (onze vírgula quarenta e um por cento), permanecendo com uma das tarifas de energia elétrica mais baratas do Brasil, ocupando atualmente a segunda colocação entre as 105 distribuidoras com tarifas homologadas pela ANEEL.

O efeito médio do reajuste percebido pelos consumidores faturados em Baixa Tensão foi de 13,50%, com destaque para os consumidores residenciais e comerciais que tiveram aumento de 11,81%. Já para os consumidores faturados em Alta Tensão o efeito foi positivo em 10,86%.

A tarifa média nacional é 50% superior a tarifa praticada pela Cegero, impactando positivamente no desenvolvimento socioeconômico da região.

Compra de Energia Elétrica no mercado livre, após o leilão de 18 de novembro de 2020, que teve como empresa vencedora do certame a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, com o preço base de R\$ 148,28/MWh.

O contrato tem duração de pouco mais de 12 anos, com início do fornecimento em novembro de 2021, representando um total de R\$ 153.080.977,81 (cento e cinquenta e três milhões, oitenta mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) em energia contratada. Estima-se que a compra de energia no mercado livre resultará em uma economia de mais de R\$ 280 milhões ao longo de 12 anos e 2 meses de contrato. A economia nos dois primeiros meses de contrato, novembro e dezembro de 2021, após a liquidação financeira, realizada mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ocorrida já no ano 2022, devido ao prazo de MS+26, foi de R\$ 1.577.519,61.

Legenda: MS: Mês seguinte ao mês de operação de compra e venda de energiadu: dias úteis

Destacamos ainda outros serviços que são prestados à comunidade e que contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos associados:

01. Mão de obra gratuita na manutenção da iluminação dos campos de futebol.
02. Mão de obra gratuita na manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais.

03. Mão de obra gratuita na contratação e manutenção de redes particulares.
04. Empréstimo gratuito do gerador às comunidades, associações e eventos realizados no município.
05. Instalação gratuita de toda iluminação de natal nas praças e avenidas do município.
06. Reserva gratuita dos auditórios da CEGERO, tanto do Centro quanto da Sede Administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por sócios, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 205 reservas no ano.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CEGERO.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CEGERO.

São Ludgero, 25 de Abril de 2022.

A Administração.

2- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias

2.1- Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO

Descrição	N.E	Em reais	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante		31.268.537,00	31.142.286,35
Caixa e Equivalentes de Caixa		15.276.670,29	19.173.996,36
Caixa	5.0	3.262,55	2.140,49
Numerários em Trânsito	5.0	0,00	9.437,03
Bancos Conta Movimento	5.0	4.340.699,69	3.345.770,03
Aplicações no Mercado Aberto	5.0	10.932.708,05	15.816.648,81
Direitos Realizáveis		15.991.866,71	11.968.289,99
Consumidores	7.1	11.311.646,47	9.395.476,24
Concessionárias e Permissionárias		471,70	402,72
Serviços em Curso	8.0	25.862,69	40.456,65
Tributos Compensáveis	9.1	35.313,38	55.016,04
Almoxarifado Operacional	10.0	52.804,58	48.682,11
Ativos Financeiros Setoriais	11.0	3.783.485,51	1.902.993,15
Despesas pagas Antecipadamente	12.0	57.463,41	2.002,16
Outros Ativos Circulantes	13.0	724.818,97	523.260,92
Não Circulante		32.304.357,92	27.061.824,40
Realizável a Longo Prazo		1.745.934,74	401.709,15
Tributos Compensáveis	9.2	35.640,12	70.892,37
Outros Ativos não Circulantes	14.0	1.710.294,62	330.816,78
Bens e Ativ. não Vinc. à Permissão	15.0	52.504,50	43.329,84
Bens de Uso		1.604.806,52	1.937.247,49
Imobilizado	16.0	4.061.451,06	4.627.636,95
Depreciação Acumulada		(2.456.644,54)	(2.690.389,46)
Intangível		28.901.112,16	24.679.537,92
Intangível	17.0	37.668.421,97	33.174.555,32
Amortização Acumulada		(8.767.309,81)	(8.495.017,40)
Total do Ativo		63.572.894,92	58.204.110,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO

Descrição	N.E	Em reais	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante		17.367.747,02	14.958.568,54
Fornecedores	18.0	5.257.652,17	5.158.852,72
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.0	754.119,65	661.844,14
Tributos	20.0	2.573.048,72	2.012.346,29
Encargos Setoriais	21.0	3.010.620,63	1.500.773,07
Passivos Financeiros Setoriais	22.0	5.068.593,56	5.228.855,20
Outros Passivos Circulantes	23.0	703.712,29	395.897,12
Não Circulante		629.342,94	391.949,84
Obrigações Vinc. à Permissão	24.0	629.342,94	391.949,84
Patrimônio Líquido		45.575.804,96	42.853.592,37
Capital social	26.0	234.450,00	222.480,00
Reservas de capital		44.796.646,92	41.802.503,77
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	27.C	38.736.238,81	36.194.267,95
Fundo de Reserva	27.C	5.342.781,84	4.979.643,15
FATES	27.C	717.626,27	628.592,67
Sobras à disposição da Assembleia	28.0	544.708,04	828.608,60
Total do Passivo		63.572.894,92	58.204.110,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.2- Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	N.E	31/12/2021	31/12/2020
01. Receita Operacional Bruta		107.419.625,06	80.006.739,37
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	29.0	100.351.175,10	73.357.658,51
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	29.0	1.993.472,94	2.333.605,45
(+) Serviços Cobráveis	29.0	37.236,25	38.034,47
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	29.0	2.048.595,68	1.564.335,52
(+) Outros Ingressos e Rendas	29.0	2.989.145,09	2.713.105,42
02. Dedução da Receita Bruta		(45.150.936,25)	(26.875.230,28)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	30.0	(24.415.041,32)	(17.907.656,98)
(-) Encargos do Consumidor	30.0	(20.735.894,93)	(8.967.573,30)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)		62.268.688,81	53.131.509,09
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica		(47.546.269,96)	(37.754.667,98)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	31.0	(47.546.269,96)	(37.754.667,98)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia		14.722.418,85	15.376.841,11
06. Despesas Operacionais		(13.089.805,76)	(11.451.019,57)
(+) Recuperação de Despesas	31.0	86.524,68	68.541,83
(-) Pessoal e Administrativo	31.0	(4.957.010,57)	(4.247.673,71)
(-) Material	31.0	(612.777,68)	(435.240,25)
(-) Serviços de Terceiros	31.0	(1.566.436,50)	(1.468.291,75)
(-) Depreciações	31.0	(1.354.794,77)	(1.300.948,79)
(-) Arrendamento e Aluguéis	31.0	(433.965,48)	(382.674,29)
(-) Seguros	31.0	(23.705,64)	(18.442,96)
(-) Despesas Tributárias	31.0	(14.971,20)	(15.743,81)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	31.0	(845.210,00)	(682.809,32)
(-) Provisão Para créditos de LÍQ. Duvidosa	31.0	(1.598,49)	(56.796,37)
(-) Outras Despesas Operacionais	31.0	(3.365.860,11)	(2.910.940,15)
07. Resultado Operacional (5+6)		1.632.613,09	3.925.821,54
08. Resultado Financeiro	32.0	1.334.044,85	1.053.955,74
(+) Receita de Aplicação Financeira		587.624,24	326.122,68
(+) Outras Receitas Financeiras		907.054,33	898.434,84
(-) Outras Despesas Financeiras		(160.633,72)	(170.601,78)
09. Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL (7+8)		2.966.657,94	4.979.777,28
10. Tributos e Contribuições S/Resultado		(256.415,35)	(208.513,94)
(-) Provisão Contribuição Social		(74.888,37)	(61.547,81)
(-) Provisão para Imposto de Renda		(181.526,98)	(146.966,13)
11. Resultado Líquido (9+10)		2.710.242,59	4.771.263,34
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
12 Resultados Abrangentes		921.144,35	752.794,00
(+) Reversão FATES		921.144,35	752.794,00
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS			
13. Base para Destinações (11+12)		3.631.386,94	5.524.057,34
Resultado Com Cooperados		3.631.386,94	5.524.057,34
14. Destinações Estatutárias		(3.086.678,90)	(4.695.448,74)
(-) Reserva Legal		(363.138,69)	(552.405,73)
(-) FATES		(181.569,35)	(276.202,87)
(-) Manutenção e Ampliação		(2.541.970,86)	(3.866.840,14)
15. Sobras Líquidas do Período (13+14)		544.708,04	828.608,60

2.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2019	214.830,00	416.717,39	4.427.237,42	32.327.427,81	688.466,41	38.074.679,03
MUTAÇÕES EM 2020	7.650,00	211.875,28	552.405,73	3.866.840,14	140.142,19	4.778.913,34
Integralização de Capital	10.395,00	-	-	-	-	10.395,00
Incorporação das Sobras	-	688.466,41	-	-	(688.466,41)	0,00
Devolução de Capital	(2.745,00)	-	-	-	-	(2.745,00)
Reversão das Reservas	-	(752.794,00)	-	-	752.794,00	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.771.263,34	4.771.263,34
Destinações	-	276.202,87	552.405,73	3.866.840,14	(4.695.448,74)	0,00
SALDO EM 31/12/2020	222.480,00	628.592,67	4.979.643,15	36.194.267,95	828.608,60	42.853.592,37
MUTAÇÕES EM 2021	11.970,00	89.033,60	363.138,69	2.541.970,86	(283.900,56)	2.722.212,59
Integralização de Capital	13.770,00	-	-	-	-	13.770,00
Incorporação das Sobras	-	828.608,60	-	-	(828.608,60)	0,00
Devolução de Capital	(1.800,00)	-	-	-	-	(1.800,00)
Reversão das Reservas	-	(921.144,35)	-	-	921.144,35	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.710.242,59	2.710.242,59
Destinações	-	181.569,35	363.138,69	2.541.970,86	(3.086.678,90)	0,00
SALDO EM 31/12/2021	234.450,00	717.626,27	5.342.781,84	38.736.238,81	544.708,04	45.575.804,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.4- Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação	2.966.657,94	4.979.777,28
Sobras Líquidas Antes da Tributação	2.966.657,94	4.979.777,28
2 - Ajuste Por	(2.920.076,34)	6.418.670,28
Amortização Acumulada	38.547,49	724.741,14
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.916.170,23)	748.665,55
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(68,98)	(192,06)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	54.954,91	(39.111,77)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	14.593,96	(9.719,16)
(Aumento) ou Diminuição de Almojarifado	(4.122,47)	2.882,50
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(1.880.492,36)	(686.682,54)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(55.461,25)	2.705,13
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	(1.581.035,89)	(152.858,98)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	98.799,45	1.097.483,92
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	92.275,51	12.852,79
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	560.702,43	711.918,30
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	1.509.847,56	51.107,31
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(160.261,64)	3.976.070,26
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	307.815,17	(21.192,11)
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	46.581,60	11.398.447,56
4- Caixa Proveniente das Operações	(256.415,35)	(208.513,94)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(256.415,35)	(208.513,94)
5 - Caixa LÍq. Proveniente das Atividades Oper.(3+4)	(209.833,75)	11.189.933,62
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(3.699.462,32)	(4.691.781,62)
Ativo Imobilizado / Intangível	(3.927.680,76)	(4.943.011,49)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	237.393,10	256.311,48
Participação em Cooperativas de Crédito	(9.174,66)	(5.081,61)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	11.970,00	7.650,00
Integralização de Capital	13.770,00	10.395,00
Devolução de Capital	(1.800,00)	(2.745,00)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	(3.897.326,07)	6.505.802,00
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.897.326,07)	6.505.802,00
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	19.173.996,36	12.668.194,36
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15.276.670,29	19.173.996,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.5- Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

(Valores expressos em Reais)

CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2021 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

1. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, Submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com

vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e conseqüente assinatura do contrato de permissão Nº. 08-2018, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO, por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000 (R1) de 2016, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 17 de outubro de 2019, que dispõe sobre auditoria das estimativas contábeis.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento do RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBCTG 01(R3) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEGERO** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores a Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2021, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

Com relação aos consumidores que possuem pendência e estão em regime operacional de recuperação judicial a administração julgou prudente a provisão total dos créditos referente aos mesmos.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo

custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

- **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de Construção e Custo de Construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

- **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

- **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

- **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

- **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento a Ofícios de Encerramento e Despachos ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Geral	2.262,55	1.140,49
Bancos Contas Movimento	4.340.699,69	3.345.770,03
Fundos de Caixa	1.000,00	1.000,00
Numerários em Trânsito	0,00	9.437,03
Aplicações no Mercado Aberto	10.932.708,05	15.816.648,81
Banco Do Brasil S.A.	83.152,12	540.828,92
Sicoob/SC – Credivale	1.697.533,77	3.314.290,71
C.E.F. Fundos de Investimento	0,00	3.306.884,16
Bradesco Invest	7.986,11	116.356,10
Unicred Aplicação Financeira	6.486.861,39	5.227.929,33
Banco Do Brasil Fundos RF LP	1.635.959,57	2.006.322,23
Banco Do Brasil Fundos CDB DI	0,00	1.304.037,36
Safra Aplicação	1.021.215,09	0,00
Total Caixa e Equivalentes	15.276.670,29	19.173.996,36

5. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados. O faturamento de Alta Tensão corresponde ao mês civil. Os Consumidores de Baixa Tensão têm saldo de consumo de pelo menos um dia, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Faturados	6.570	6.329
Total	6.570	6.329

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERIMISSIÓNIARIAS

6.1. Composição das contas a receber

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir,

desdobrados por classe de consumo:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Residencial	1.191.055,66	793.058,32
Industrial	7.928.215,96	6.681.702,61
Comercial	631.622,60	427.488,82
Rural	840.945,45	537.527,14
Poderes Públicos	43.652,03	24.511,00
Iluminação Pública	50.283,94	38.016,84
Serviço Público	30.237,09	20100,56
Receita não Faturada	169.009,23	459.906,19
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(118.892,53)	(198.874,00)
Serviços Cobráveis	8.680,50	9.302,69
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(599,98)	(512,50)
Participação Financeira	49.545,08	40.624,49
Parcelamentos	763.406,46	889.211,33
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(285.774,86)	(331.193,60)
Outros	10.259,84	4.606,35
Total	11.311.646,47	9.395.476,24

6.2. Saldos Vincendos e Vencidos

Os valores que compõe os saldos vencidos e a vencer:

Consumidores	Em Reais				
	Saldos Vincendos	Vencidos		31/12/2021	Saldo 31/12/2020
		Até 90 dias	Mais 90 dias		
Residencial	967.386,77	200.669,42	6.402,19	1.174.458,38	777.353,48
Industrial	7.490.136,29	324.814,97	90.406,84	7.905.358,10	6.646.126,17
Comercial	525.928,00	83.433,16	15.516,58	624.877,74	418.255,84
Rural	687.135,37	143.124,48	1.018,49	831.278,34	532.394,56
Poder Público	43.652,03	0,00	0,00	43.652,03	24.468,74
Iluminação Pública	49.934,53	0,00	232,08	50.166,61	37.988,17
Serviço Publico	30.237,09	0,00	0,00	30.237,09	85.818,33
Juros e Multas	27.423,07	27.686,74	874,63	55.984,44	0,00
Total	9.821.833,15	779.728,77	114.450,81	10.716.012,73	8.522.405,29

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

7. SERVIÇOS EM CURSO

Os saldos referentes aos “Serviços em Curso”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Serviço Próprio	25.862,69	40.456,65
Total	25.862,69	40.456,65

8. TRIBUTOS A COMPENSAVEIS

8.1 Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Curto Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ Saldo Negativo	0,00	6.044,39
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Saldo Negativo	61,13	5.886,39
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	35.252,25	43.085,26
Total	35.313,38	55.016,04

8.2 Não Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Longo Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	35.640,12	70.892,37
Total	35.640,12	70.892,37

9. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Os saldos referentes ao “Almoxarifado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado Operacional	52.758,48	45.047,92
Estoque de Sucatas	46,10	3.114,19
Adiantamento a Fornecedores	0,00	520,00
Total	52.804,58	48.162,11

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica bem como os destinados à construção.

10. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Ativos Financeiro Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	Em reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Neutralidade Ativa Conta -Covid	11.716,73	127.897,59
Neutralidade Ativa TFSEE Processo Anterior	0,00	895,44
Neutralidade Ativa CDE Processo Anterior	0,00	89.069,20
Neutralidade Ativa PROINFA Processo Anterior	0,00	14.481,04
Neutralidade Ativa Conta Covid - Processo Anterior	325.523,76	0,00
Repasse de PIS COFINS CUSD	129.396,60	156.563,21
Repasse de PIS COFINS TE	202.313,46	663.809,47
Repasse de PIS COFINS CUSD Processo Anterior	279.468,40	190.800,24
Repasse de PIS COFINS TE Processo Anterior	1.134.207,84	659.476,96
Diferimento Ativo - Parcela B	694.348,53	0,00
Ativo Financeiro compra EE	992.272,27	0,00
Ativo Financeiro MCP	1.758,54	0,00
Garantias Financeiras	12.479,38	0,00
Total	3.783.485,51	1.902.993,15

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos, Aluguéis e Empréstimos de Bens	0,00	0,00
Prêmios de Seguros	57.463,41	2.002,16
Total	57.463,41	2.002,16

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de férias	64.467,25	53.636,07
Adiantamento Plano Saúde Unimed	2.526,52	2.526,52
Alienação de Bens e Direitos	58.000,01	4.333,30
Reembolsos do Fundo da CDE	408.945,68	270.620,25
(-) Provisão para Créditos de Líq. Duvidosa	(150.710,91)	(150.710,91)
OI S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	27.871,10	36354,70

Danielli Telecomunicações	5.690,35	0,00
Cheques Devolvidos	150.710,91	150.710,91
SESCOOP/SC	0,00	1.053,84
PROINFA	140.024,65	96.393,41
FACIL internet compartilhamento	1.036,60	0,00
Desativações e Alienações Em Curso	16.256,81	58.342,83
Total	724.818,97	523.260,92

13. OUTROS ATIVOS- NÃO CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro da Permissão	1.710.294,62	330.816,78
Total	1.710.294,62	330.816,78

14. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Quotas Unicred	18.247,54	17.667,22
Quotas Sicoob	34.256,96	25.662,62
Total	52.504,50	43.329,84

A Cegero mantém conta corrente na Cooperativa de crédito Sicoob e Unicred o que além das cotas partes integralizadas também capitaliza sobras distribuídas.

15. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Em reais
					Saldo Final
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	2.399.849,45	37.996.529,46	38.227.246,11	(1.461.584,24)	707.548,56
TERRENOS	0,00	315.000,00	315.000,00	0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	0,00	260.465,20	254.397,23	(17,40)	6.050,57
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	947.264,10	37.385.227,26	37.638.167,95	(277.658,53)	416.664,88
VEÍCULOS	1.277.829,03	0,00	0,00	(1.109.092,67)	168.736,36
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	174.756,32	35.837,00	19.680,93	(74.815,64)	116.096,75
IMOBILIZADO EM CURSO	0,00	22.475.545,39	22.475.545,39	0,00	0,00
TERRENOS	0,00	401.051,07	401.051,07		0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E	0,00	50.213,00	50.213,00		0,00

BENFEITORIAS					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	10.832.766,4300	10.832.766,4300		0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	32.350,00	32.350,00		0,00
A RATEAR	0,00	27.786,40	27.786,40		0,00
TRANSF., FABRICAÇÃO E REPARO	0,00	10.949,45	10.949,45		0,00
MATERIAL EM DEPÓSITO	0,00	5.197.275,21	5.197.275,21		0,00
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	2.493.610,72	2.493.610,72		0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	3.429.543,11	3.429.543,11		0,00
DISTRIBUIÇÃO	2.399.849,45	60.472.074,85	60.702.791,50	(1.461.584,24)	707.548,56
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	2.227.787,50	15.209,28	350.678,52	(995.060,30)	897.257,96
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.247.137,61	1.379,00	219.780,23	(565.680,09)	463.056,29
VEÍCULOS	237.130,10D	0,00	0,00	(220.938,60)	16.191,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	743.519,79D	13.830,28	130.898,29	(208.441,61)	418.010,17
ADMINISTRAÇÃO	2.227.787,50	15.209,28	350.678,52	(995.060,30)	897.257,96
IMOBILIZADO	4.627.636,95	60.487.284,13	61.053.470,02	(2.456.644,54)	1.604.806,52

16. INTANGÍVEL

Os saldos referentes ao "Intangível", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Em reais			
	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Saldo
Distribuição	24.657.231,47	46.092.084,34	41.862.077,55	28.887.238,26
Em Serviço	28.322.361,93	35.205.766,90	28.322.361,93	35.205.766,90
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	218.877,00	251.495,69	218.877,00	251.495,69
Máquinas e equipamentos	28.099.997,93	34.950.784,21	28.099.997,93	34.950.784,21
Moveis e utensílios	3.487,00	3.487,00	3.487,00	3.487,00
(-) Amortização Acumulada	(8.470.493,11)	8.470.493,11	8.734.352,97	(8.734.352,97)
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	(85.768,17)	85.768,17	93.273,81	(93.273,81)
Maquinas E Equipamentos	(8.384.500,34)	8.384.500,34	8.640.636,63	(8.640.636,63)
Moveis E Utensílios	(224,60)	224,60	442,53	(442,53)
Em Curso	4.805.362,65	2.415.824,33	4.805.362,65	2.415.824,33
Adiantamento A Fornecedores	2.558.709,23	23.710,50	2.558.709,23	23.710,50
Outros	2.246.653,42	2.392.113,83	2.246.653,42	2.392.113,83
Administração	22.306,45	14.806,10	23.238,65	13.873,90
Em Serviço	46.830,74	7.403,05	7.403,05	46.830,74
Softwares	43.739,24	7.403,05	7.403,05	43.739,24
Outros	3.091,50			3.091,50
(-) Amortização Acumulada	(24.524,29)	7.403,05	15.835,60	(32.956,84)
Softwares	(23.556,69)	7.403,05	15.835,60	(31.989,24)
Outros	(967,60)			(967,60)
INTANGÍVEL	24.679.537,92	46.106.890,44	41.885.316,20	28.901.112,16

17. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos “Fornecedores” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
CELESC Distribuição S/A	1.408.354,04	4.936.748,61
Materiais e Serviços	393.083,93	222.104,11
Compra de Energia Elétrica no Mercado Livre	3.436.214,20	0,00
Total	5.237.652,17	5.158.852,72

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos referentes a “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Empregados	99.656,05	94.998,05
Diretores e Conselheiros	25.183,17	19.298,89
Provisão de Férias	379.070,75	334.332,12
INSS S/Provisão de Férias	112.975,21	99.799,14
FGTS S/Provisão de Férias	30.272,35	26.694,17
PIS S/Provisão de Férias	3.790,70	3.343,33
INSS	23.445,94	22.277,62
IRRF	75.039,72	59.046,27
Mensalidade Sintresc	1.807,74	2.054,55
Empréstimo Consignado	2.878,02	0,00
Total	754.119,65	661.844,14

19. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a Recolher	53.696,13	0,00
CSL a Recolher	3.482,71	0,00
ICMS	2.379.478,58	1.783.332,82
Contribuição Fundo Social	0,00	113.829,75
ISS Retido na Fonte	5.783,91	3103,2
INSS	81.973,92	73.241,90
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	9.054,19	5.594,50
FGTS	30.459,12	26.980,58
PIS S/ Folha de Salários	3.780,77	3.398,23
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF	4.053,29	2.168,22
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.286,10	697,09
Total	2.573.048,72	2.012.346,29

20. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Encargos Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	811.493,37	680.274,03
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	154.748,96	0,00
Taxa de Fisc. dos Ser. de Energia Elétrica - TFSE	4.375,72	4.358,97
Conta Bandeiras	0,00	816.140,07
Encargos ESS	2.040.002,58	0,00
Total	3.010.620,63	1.500.773,07

21. PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Passivos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados, estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Neutralidade Passiva TFSEE	30,55	3.097,15
Neutralidade Passiva CDE	10.356,61	507.350,79
Neutralidade Passiva Proinfa	2.312,95	73.511,20
Neutralidade Passiva ESS	1.697,77	0,00
Neutralidade Passiva CDE	1.974,97	0,00
Neutralidade Passiva TFSEE Processo Anterior	5.479,28	0,00
Neutralidade Passiva CDE Processo Anterior	891.686,80	0,00
Neutralidade Passiva Proinfa Processo Anterior	129.095,60	0,00
Bandeiras Tarifárias	2.345.338,00	0,00
Neutralidade Passiva Conta-Covid Ant. Par. B Processo Atual	0,00	1.002.786,78
Neutralidade Passiva Bandeiras Tarifarias Processo Anterior	0,00	1.112.908,64
Neutralidade Passiva Conta-Covid Ant. Par. B Processo Anterior	685.904,00	2.529.200,64
Financeiro Passivo Energia	872.861,46	0,00
Financeiro Passivo ESS	118.183,86	0,00
Multa Quebra de Contrato	3.671,71	0,00
Total	5.068.593,56	5.228.855,20

*A CEGERO foi uma das 61 distribuidoras (50 concessionárias e 11 permissionárias) que aderiram ao empréstimo da Conta-COVID.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto nº 10.350 dispôs sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, regulamentou a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e deu outras providências.

A REN ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.

Em julho de 2020, a CEGERO encaminhou à ANEEL o Termo de Aceitação – TA, contendo os valores requeridos e os ativos estimados para o período, no valor total de R\$ 4.793.801,00.

Os repasses da CONTA COVID foram efetuados pela CCEE na conta corrente da CEGERO junto ao Banco do Brasil, Agência 3422-3, conta 2761-8, conforme tabela abaixo:

Desembolso	Valor R\$	Data do recebimento
1º Desembolso	1.000.000,00	31/07/2020
2º Desembolso	1.000.000,00	12/08/2020
3º Desembolso	1.793.801,00	14/09/2020
4º Desembolso	250.000,00	13/10/2020
5º Desembolso	250.000,00	12/11/2020
6º Desembolso	250.000,00	14/12/2020
7º Desembolso	250.000,00	28/12/2020

É competência regulatória da ANEEL em relação à matéria, além de anuir aos contratos de crédito firmados pela CCEE e homologar os valores mensais de repasse da Conta Covid às distribuidoras, a definição do encargo tarifário de CDE a ser cobrado a partir de 2021, observando os repasses efetuados e as condições contratuais.

Conforme regulamentação, o valor do encargo para a amortização da Conta Covid irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações, conforme abaixo:

Aspectos contratuais

Item contratual	Parâmetro
Remuneração	CDI + 2,8%
Carência	Até 15/07/2021
Reserva de Liquidez	10% do saldo devedor
Saldo mínimo em conta	3 parcelas
Pagamento	54 parcelas

Do valor total transferido à CEGERO de R\$ 4.793.801,00, o valor de R\$ 3.793.801,00 foi revertido como componente financeiro negativo no processo tarifário de 2020, assegurada a neutralidade. Foi ainda reconhecido o correspondente passivo financeiro setorial do valor recebido e não revertido no processo tarifário de 2020 de R\$ 1.000.000,00, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.

O valor do Encargo CDE Conta Covid será incluído a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerá nas tarifas por 48 meses (2021 a 2025). Cabe salientar que a ANEEL revisitará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período.

O valor do Encargo CDE Conta Covid deve ser recolhido mensalmente à CCEE, diretamente na CONTA COVID, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Por fim, o Encargo CDE Conta Covid a ser considerado nos processos tarifários de 2021 está presente no Anexo I do Despacho ANEEL nº 181, de 26 de janeiro de 2021, conforme abaixo:

ANEXO I

ENCARGO CDE CONTA COVID		
Distribuidora	Cobertura Tarifária Anual	Encargo Mensal
CEGERO	R\$ 1.623.330,39	R\$ 135.277,53

Ainda sobre o encargo, relata-se que a CDE conta-covid passou a fazer parte do rol dos custos da Cegero, a partir do processo tarifário de 2021. Este custo representou aumento 2,77% nas tarifas.

Dentre os financeiros, destaca-se o saldo residual da conta- covid de R\$ 1.028.855,98, aplicado no cálculo da tarifa da Cegero de 2021, sendo responsável por uma redução tarifária de 1,54%, onde utilizou-se 100% do saldo remanescente da conta.

Além dos financeiros usuais, a CEGERO solicitou diferimento de Parcela B, no valor de R\$ 2.000.000,00, para reduzir o impacto tarifário ao consumidor, que resultou em -2,98%. Este valor deverá ser considerado no próximo processo tarifário atualizado pelo IPCA (data de referência: 01/09/2021). Por isso vem sendo apropriado à razão de 1/12 avos a partir de setembro/2021 como ativo financeiro.

Foi considerado ainda um componente financeiro resultante da compra de energia no mercado livre, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro da permissão. O cálculo desse financeiro está em discussão na Consulta Pública ANEEL 075/2021. Em razão do fim dos descontos na compra de energia de suprimento, a Cegero promoveu um leilão de compra de energia em novembro/2020, para início do fornecimento em novembro/2021, com o objetivo de reduzir custos. As contratações no ambiente livre geram custos que não são possíveis de serem previstos no momento do processo tarifário, a exemplo do risco hidrológico. Como esses custos podem levar ao desequilíbrio econômico-financeiro para a permissionária, faz-se necessário calcular um componente financeiro para evitar o desequilíbrio em questão.

Para as concessionárias, este financeiro já existe, e está regulamentado no Módulo 4 do PRORET (Componentes Tarifários das Tarifas de Distribuição). Desta forma, contabilizamos esse financeiro da forma como é calculada a CVA para as concessionárias, utilizando essa metodologia de forma provisória, sujeita a ajustes quando do desfecho da consulta pública e regulamentação do tema.

22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Passivos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas Pagas em Duplicidade	457,78	11.598,35
Recebimentos a Identificar	9.145,29	8.255,81
Adiantamentos de Consumidores	42.750,00	7.522,91
Capital Social a Restituir	21.581,50	20.276,50
Micro e Mini Geração	517.773,63	248.434,88
Bônus Itaipu	1,58	5,77
Convênio APAE	1.657,00	1.569,00
Convênio R.F.C.C.	3.449,00	3.597,50
Convênio HOSPITAL STA. Teresinha de BN	21.000,00	18.540,00
Convênio Jornal Folha do Vale	458,85	538,65

Convênio Jornal Cidade Notícias	4.104,00	5.187,00
Convênio Jornal Destaque	1.125,75	1.410,75
Outras Contas a Pagar	0,00	337,1
Convênio Arrecadação COSIP São Ludgero	55.855,71	54.990,35
Convênio Arrecadação COSIP Braço do Norte	6.180,22	3.061,69
Convênio Arrecadação COSIP Tubarão	608,97	424,16
Convênio Hospital Santa Otilia	2.475,00	1.581,00
Convênio Arrec. COSIP Orleans	13.632,92	7.669,31
Convênio Arrec. COSIP Pedras Grandes	442,53	444,01
Compensação Financeira Prazos De Atendimento Comercial	6,00	100,37
Pro-Emprego (Fundo Educação Superior)	447,36	156,45
Pro-Emprego (Fundo Social)	559,20	0,00
Total	703.712,29	395.701,56

23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos referentes às “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição das Contas	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Participação Financeira do Consumidor	206.688,31	147.635,59
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço C	392.831,42	208.889,82
Participação Financeira do Consumidor - Amortização	(9.007,29)	(1.966,66)
Doações E Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço C – Amortização	(11.394,84)	(3.254,38)
Participação Financeira do Consumidor	594,20	0,00
Valores Pendentes de Recebimento	49.545,08	40.559,41
Valores não Aplicados	86,06	86,06
Total	629.342,94	391.949,84

24. PASSIVOS CONTINGENTES

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Conforme relatório do setor Jurídico, em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa não possuía nenhuma ação com prognósticos de possíveis ou prováveis perdas.

25. CAPITAL SOCIAL

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Capital subscrito	237.195,00	225.045,00
(-) Capital a integralizar	(2.745,00)	(2.565,00)
Total	234.450,00	222.480,00

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.271 (Cinco mil duzentos e setenta e um) associados em 31 de dezembro de 2021.

26. RESERVAS DE CAPITAL

As Reservas de Capital estão formadas pelas Reservas Legal, Fates e Reserva para Expansão e Melhoria, conforme descrição abaixo:

a) Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria

Está previsto no art. 48 do estatuto social, constituído com no mínimo 70% das sobras líquidas. Criado para aplicação nos setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é indivisível entre os associados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO, e destina-se para a cobertura de perdas com associados ou terceiros.

c) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

Este Fundo também é indivisível entre os associados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros, mais 5% das sobras líquidas de cada exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

No exercício de 2021, após as destinações estatutárias conforme determinação legal acima, demonstramos os seguintes saldos:

	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Reserva	5.342.781,84	4.979.643,15
FATES	717.626,27	628.592,67
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	38.736.238,81	36.194.267,95
Total	44.796.646,92	41.802.503,77

27. SOBRAS ACUMULADAS

As sobras líquidas que estão à disposição da AGO para o exercício de 2021 está no valor de R\$ 544.708,04, e para 2020 foi de R\$ 828.608,90. Demonstramos a composição das sobras e as destinações legais e estatutárias.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL	2.966.657,94	4.979.777,28
Tributos e Contribuições S/Resultado	(256.415,35)	(208.513,94)
(-) Provisão Contribuição Social	(74.888,37)	(61.547,81)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(181.526,98)	(146.966,13)
Resultado Líquido	2.710.242,59	4.771.263,34
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Resultados Abrangentes	921.144,35	752.794,00
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0,00	0,00
(+) Reversão Doações e Subvenções	0,00	0,00
(+) Reversão FATES	921.144,35	752.794,00
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações	3.631.386,94	5.524.057,34
Resultado Com Cooperados	3.631.386,94	5.524.057,34
Destinações Estatutárias	(3.086.678,90)	(4.695.448,74)
(-) Reserva Legal	(363.138,69)	(552.405,73)
(-) FATES	(181.569,35)	(276.202,87)
(-) Manutenção e Ampliação	(2.541.970,86)	(3.866.840,14)
Sobras Líquidas do Período	544.708,04	828.608,60

Resultado das operações com associados a ser submetido a assembleia geral para aplicação ou destinação.

28. RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes as "Receitas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	9.208.559,33	7.435.661,19
Industrial	80.285.631,14	57.649.669,59
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.472.463,09	3.211.941,32
Rural	5.604.824,36	4.395.478,30
Poder Público	370.088,21	235.458,46
Iluminação Pública	450.043,23	348.470,09
Serviço Público	245.420,83	259.395,79
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos Financeiros	1.993.472,94	2.333.605,45
Ingresso de Fornecimento a Cooperado	5.041,87	6.887,61
Fornecimento não Faturado	(290.896,96)	(185.303,84)
Doações, Contribuições e Subvenções	2.048.595,68	1.564.335,52
Total Fornecimento Energia	104.393.243,72	77.255.599,48
Outras Receitas Operacionais		

Uso Mútuo de Postes	333.929,02	287.534,99
Serviço Taxado	37.236,25	38.034,47
Serviço de Manutenção de Iluminação Pública	118.239,72	104.000,00
Arrecadação de Convênios	12.513,60	36.489,08
Ganhos na Alienação de Materiais	98.912,15	30.201,90
Receita de Construção	2.392.113,83	2.246.653,42
Outras Receitas	33.436,77	8.226,03
Total das Receitas Operacionais	3.026.381,34	2.751.139,89
Total Geral	107.419.625,06	80.006.739,37

29. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Conta	Imposto	Em Reais	
		31/12/2021	31/12/2020
Tributos Sobre a Receita		(45.150.936,25)	(26.875.230,28)
	ICMS-ISS	(24.415.041,32)	(17.907.656,98)
	Encargos Consumidor	(20.735.894,93)	(8.967.573,30)
Totais Deduções da Receita		(45.150.936,25)	(26.875.230,28)

30. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
CUSTOS	(47.546.269,96)	(37.754.667,98)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(47.546.269,96)	(37.754.667,98)
DESPESAS	(13.089.805,76)	(11.451.019,57)
(+) Recuperação de Despesas	86.524,68	68.541,83
(-) Pessoal e Administrativo	(4.957.010,57)	(4.247.673,71)
(-) Material	(612.777,68)	(435.240,25)
(-) Serviços de Terceiros	(1.566.436,50)	(1.468.291,75)
(-) Depreciações	(1.354.794,77)	(1.300.948,79)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(433.965,48)	(382.674,29)
(-) Seguros	(23.705,64)	(18.442,96)
(-) Despesas Tributárias	(14.971,20)	(15.743,81)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(845.210,00)	(682.809,32)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(1.598,49)	(56.796,37)
(-) Outras Despesas de Construção	(2.392.113,83)	(2.246.653,42)
(-) Outras Despesas Operacionais	(973.746,28)	(664.286,73)

31. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Grupo	Contas	Em Reais	
		31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		1.494.678,57	1.224.557,52
	Rendas Aplicação Financeira	587.624,24	326.122,68
	Acrésc. Moratório Energia	384.156,85	356.845,05
	Ativo Financeiro Setorial	160.312,23	38.319,10
	Juros sobre capital próprio	580,32	0,00
	Outras Receitas Financeiras	325.129,46	479.230,31
	Lucros ou Dividendos Recebidos	36.875,47	24.040,38
Despesas Financeiras		(160.633,72)	(170.601,78)
	Juros - IOF s/ aplicação financeira	(697,94)	(694,09)
	Passivo Financeiro Setorial	(113.031,17)	(58.122,85)
	Outras Desp. Financeiras	(46.904,61)	(111.784,84)
Resultado Financeiro		1.334.044,85	1.053.955,74

32. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

Grupo	Em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	832.093,04	683.864,51
IRPJ 15%	124.813,96	102.579,68
IRPJ ADICIONAL 10%	59.209,30	44.386,45
(-) DEDUÇÕES IRPJ	(2.496,28)	0,00
IRPJ TOTAL PROVISIONADO	181.526,98	146.966,13
CSLL TOTAL PROVISIONADO	74.888,37	61.547,81
TOTAL DE IRPJ E CSL	256.415,35	208.513,94

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações Gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de Risco de Crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda Estrangeira

A CEGERO não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2020.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de a cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,80 e 1,74 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

34. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

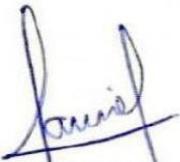
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais.

A LGPD cria um conjunto de novos conceitos jurídicos, estabelecendo condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados, define um conjunto de direitos para os titulares dos dados, gera obrigações específicas para os controladores dos dados e cria uma série de procedimentos e normas para que haja maior cuidado com o tratamento de dados pessoais e compartilhamento com terceiros.

A CEGERO iniciou o diagnóstico de adequação aos requisitos da lei, em agosto de 2021, conforme deliberação em reunião do conselho de administração, sendo concluído o mesmo em fevereiro de 2022. Atualmente o processo encontra-se na etapa de planejamento e execução de melhorias nos aspectos que precisavam de adequações.



Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49



Janio Dinarte Koch
Secretário
CPF: 298.312.029-53



Adilson Soethe
Contador CRC/SC-031320/O-2
CPF: 053.893.989-39

3- Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal

3.1- Relatório dos Auditores Independentes

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 11 de fevereiro de 2022.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012

3.2- Parecer do Conselho Fiscal



COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

Rua Dona Gertrudes, nº 1775, Divina Providência, São Ludgero - SC

CNPJ: 86.444.163/0001-89

NIRE: 42 4 0000050-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

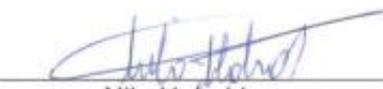
São Ludgero, 07 de março de 2022.



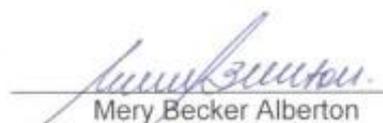
Roger Philippi
Conselheiro - Coordenador



Davi Vronski Paegle
Conselheiro - Secretário



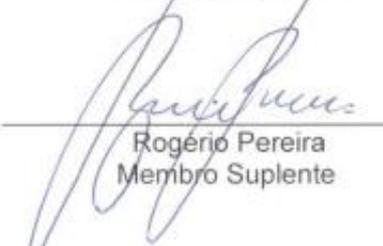
Nilo Hobold
Conselheiro - Membro Efetivo



Mery Becker Alberton
Membro Suplente



Edilson Heidemann
Membro Suplente



Rogério Pereira
Membro Suplente

4- Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para aprimoramento dos controles internos

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução 605 da ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta à emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2021, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Cooperativa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos:

A Cooperativa possui normas internas direcionadas ao recebimento e pagamentos, sendo que todas as operações são realizadas através de rede bancária e afins.

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

Conciliações Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis constam conciliação e apresentam saldo adequado.

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Inventário Físico:

A cooperativa mantém controle físico de materiais mantidos em estoque. Identificamos que é prática da cooperativa a formalização dos procedimentos aplicados na execução do inventário físico.

Ambiente de Controle Interno:

Na nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Departamento Técnico
- Auditoria independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo OCESC e SESCOOP-SC, em parceria com a FECOERUSC.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza *software* de gestão desenvolvido pela empresa Useal Sistemas. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração.

Documentação Legal

Atas de Assembléias Gerais

As assembléias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento.

As deliberações observam regularmente o que determina a Lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa.

A Assembleia Geral Ordinária Digital realizada em 19 de Março de 2021, está registrada na JUCESC em 25 de março de 2021, sob o número 20219382468.

Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.03.22, foi aberto protocolo na junta para registrar, mais ainda não está concluída.

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne-se regularmente a cada mês e delibera de acordo com o que determina o artigo 34º do Estatuto Social, emitindo ata com as deliberações tomadas, estando registrado em atas emitidas eletronicamente. Verificamos que o conselho vem cumprido o determinado em estatuto social, uma vez que vem atendendo as determinações da assembleia, efetuando o planejamento e traçando normas para as operações e serviços da cooperativa e controlando seus resultados.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de março de 2021, foi realizada eleição do Conselho de Administração para período de 2021 – 2025, sendo obedecido o que determina a Lei 5.764/71, que obriga a renovação de no mínimo 1/3 dos conselheiros.

Em leitura das atas, constatamos que na ata do mês de 22 de novembro de 2021, foi instituído o Comitê de Melhoria Contínua ISO9001, com o intuito de avaliar e acompanhar os processos de implantação, que são necessários para a manutenção da certificação da ISO9001.

Na reunião de 13 de setembro de 2021, foram apresentados cálculos e estimativas para o novo reajuste tarifário, nesta reunião, também foi aprovada em favor do Lions Club, o valor de R\$ 3.000,00.

Tendo em vista a obrigatoriedade a aplicação da LGPD, na reunião de 16 de agosto de 2021, foi aprovada a contratação da empresa de consultoria (RTC Privacidade & Segurança), para prestação de serviços e diagnósticos de situação em conformidade com a LGPD.

Em várias reuniões durante o ano de 2021, foram tratados assuntos referentes ao andamento da construção da linha de transmissão 138 kV, realizado em conjunto com CERBRANORTE.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente e delibera de acordo com o que determina o artigo 40º do Estatuto Social, emitindo uma ata eletronicamente com as deliberações tomadas, estando registrado em livro de atas. Efetuando a análise da documentação referente ao balancete do mês anterior a reunião.

Na Assembleia Geral Ordinária Digital realizada em 19 de março de 2021, foi realizada a eleição do Conselho Fiscal para o ano de 2021, sendo obedecido o que determina a Lei 5.764/71, que determina a reeleição de apenas 1/3 dos conselheiros. Em 07 de março de 2022, foi emitido o parecer favorável referente ao exercício 2021.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de julho de 2017, registrado na JUCESC em 11 de janeiro de 2018, sob número 20170852431.

Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5.764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório da gestão.

Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USEAL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2021, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES								VALORES RENEGOCIADOS				Total 2021	Total 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	9.991	-	776	2	1	116	(119)	188	220	52	304	(286)	11.245	9.341
Residencial	978	-	207	2	1	4	(7)	1	1	-	-	-	1.187	788
Industrial	7.496	-	337	-	-	95	(95)	187	219	52	304	(286)	8.309	7.063
Comercial	530	-	86	-	-	16	(16)	-	-	-	-	-	616	412
Rural	694	-	146	0	0	1	(1)	-	-	-	-	-	840	536
Poderes Públicos	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	25
Iluminação Pública	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	38
Serviço Público	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	20
Fornecimento Não Faturado	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	460
Serviço Taxado	7	-	1	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	8	9
Participação Financeira	10	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	41
Outros Créditos de Consumidores	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	5
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	10.019	39	777	2	1	117	(120)	188	220	52	304	(286)	11.313	9.396

Inadimplência:

De acordo com os relatórios em 31/12/2021, a cooperativa possuía um total de operações vencidas de R\$ 897 mil. Este montante representa 8,18% do total das operações de fornecimento de energia e serviços dos valores correntes.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2022.04.01 15:18:18 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

5- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias

5.1- Balanço Patrimonial

ATIVO

Descrição	NEs	Em mil R\$	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante		31.269	31.142
Caixa e Equivalentes de Caixa		15.277	19.174
Caixa		3	2
Numerários em Trânsito		0	9
Bancos Conta Movimento		4.341	3.346
Aplicações no Mercado Aberto		10.933	15.817
Direitos Realizáveis		15.992	11.968
Consumidores	4	11.312	9.395
Encargos de uso da Rede		1	1
Serviços em Curso		26	40
Tributos Compensáveis		35	55
Almoxarifado Operacional		53	49
Ativos Financeiros Setoriais	6	3.783	1.903
Despesas pagas Antecipadamente		57	2
Outros Ativos Circulantes		725	523
Não Circulante		32.304	27.062
Realizável a Longo Prazo		36	71
Tributos Compensáveis		36	71
Investimento		52	43
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica		52	43
Bens de Uso	5	32.202	26.925
Imobilizado		32.202	26.925
Intangível	5.3	14	23
Intangível		14	23
Total do Ativo		63.573	58.204

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PASSIVO

Descrição	NEs	Em mil R\$	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante		17.368	14.959
Fornecedores		5.258	5.159
Obrigações Sociais e Trabalhistas		754	662
Tributos		2.573	2.012
Provisão para Litígios	9	0	0
Encargos Setoriais		3.011	1.500
Passivos Financeiros Setoriais	6	5.068	5.229
Outros Passivos Circulantes		704	396
Não Circulante		629	392
Participação Financeira do Consumidor	10	629	392
Patrimônio Líquido	11	45.576	42.854
Capital Social		234	222
Reservas de Capital		44.797	41.803
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias		38.736	36.194
Fundo de Reserva		5.343	4.980
FATES		718	629
Sobras à Disposição da Assembleia		545	829
Total do Passivo		63.573	58.204

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

5.2- Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Em mil R\$	
	31/12/2021	31/12/2020
01. Receita Operacional Bruta	105.028	77.760
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	60.931	36.628
(+) Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	39.420	36.730
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.994	2.334
(+) Serviços Cobráveis	37	38
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	2.049	1.564
(+) Outros Ingressos e Rendas	597	466
02. Dedução da Receita Bruta	(45.151)	(26.875)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(24.415)	(17.908)
(-) Encargos do Consumidor	(20.736)	(8.968)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	59.877	50.885
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(47.546)	(37.755)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(47.546)	(37.755)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	12.331	13.130
06. Despesas Operacionais	(10.698)	(9.204)
(+) Recuperação de Despesas	87	69
(-) Pessoal e Administrativo	(4.957)	(4.248)
(-) Material	(613)	(435)
(-) Serviços de Terceiros	(1.566)	(1.468)
(-) Depreciações	(1.355)	(1.301)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(434)	(383)
(-) Seguros	(24)	(18)
(-) Despesas Tributárias	(15)	(16)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(845)	(683)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	(2)	(57)
(-) Outras Despesas Operacionais	(974)	(664)
07. Resultado Operacional (5+6)	1.633	3.926
08. Resultado Financeiro	1.334	1.054
(+) Receita de Aplicação Financeira	588	326
(+) Outras Receitas Financeiras	907	898
(-) Outras Despesas Financeiras	(161)	(171)
09. Resultado Líquido (7+8)	2.967	4.980
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(256)	(209)
(-) Provisão Contribuição Social	(75)	(62)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(181)	(147)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
11. Resultados Abrangentes	921	753
(+) Reversão FATES	921	753
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
12. Base para Destinações (9+10+11)	3.632	5.524
13. Destinações Estatutárias	(3.087)	(4.695)
(-) Reserva Legal 10%	(363)	(552)
(-) FATES 5%	(182)	(276)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(2.542)	(3.867)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	545	829

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

5.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em mil R\$

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2019	215	417	4.427	32.327	688	38.075
MUTAÇÕES EM 2020	8	212	552	3.867	140	4.779
Integralização de Capital	10	0	0	0	0	10
Incorporação das Sobras	0	688	0	0	(688)	0
Devolução de Capital	(3)	0	0	0	0	(3)
Reversão das Reservas	0	(753)	0	0	753	0
Resultado do Exercício	0	0	0	0	4.771	4.771
Destinações	0	276	552	3.867	(4.695)	0
SALDO EM 31/12/2020	222	629	4.980	36.194	829	42.854
MUTAÇÕES EM 2021	12	89	363	2.542	(284)	2.722
Integralização de Capital	14	0	0	0	0	14
Incorporação das Sobras	0	829	0	0	(829)	0
Devolução de Capital	(2)	0	0	0	0	(2)
Reversão das Reservas	0	(921)	0	0	921	0
Resultado do Exercício	0	0	0	0	2.710	2.710
Destinações	0	182	363	2.542	(3.087)	0
SALDO EM 31/12/2021	234	718	5.343	38.736	545	45.576

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

5.4- Demonstração do Fluxo de Caixa

Descrição	Em mil R\$	
	31/12/2021	31/12/2020
1 - Sobras Líquidas	2.967	4.980
Sobras Líquidas	2.967	4.980
2 - Ajuste Por	(1.541)	6.419
Depreciação e Amortização	38	725
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.916)	749
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(0)	(0)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	55	(39)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	15	(10)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(4)	3
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(1.881)	(687)
(Aumento) ou Diminuição de Desp. pagas antecipadamente	(56)	3
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	(202)	(153)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	99	1.097
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	92	13
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	561	712
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	1.510	51
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(160)	3.976
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	308	(21)
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	1.426	11.398
4 - Caixa Provenientes das Operações	(256)	(209)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(256)	(209)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.	1.170	11.190
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(5.079)	(4.692)
Ativo Imobilizado / Intangível	(5.307)	(4.943)
Ativo Investimentos	-	-
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	237	256
Participação em Cooperativas de Crédito	(9)	(5)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	12	8
Integralização de Capital	14	11
Devolução de Capital	(2)	(3)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	(3.897)	6.506
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.897)	6.506
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	19.174	12.668
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15.277	19.174

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

5.5- Notas Explicativas

Notas Explicativas sobre às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Valores Expressos em Milhares de Reais (Exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CEGERO é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da cooperativa através de processo de revisão tarifária.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da CEGERO. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas

demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias diferentes das normas regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

A Demonstração do Resultado do Abrangente não está sendo apresentada devido aos seus efeitos estarem suficientemente apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, no presente relatório exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Concessão.

Em 23 de outubro de 2018, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, firmou o Contrato de Permissão para Distribuição nº 008/2018-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

3.2 Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização e;
- d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.4 Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.5 Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL ainda não foi determinada.

3.7 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao

ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.8 Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas entendendo também não estar sujeita a consolidação de suas demonstrações por se tratar de uma sociedade de pessoas e não de capital, regida por lei própria que a distingue das demais sociedades.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2021	Total 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	9.991	-	776	2	1	116	(119)	188	220	52	304	(286)	11.245	9.341
Residencial	978	-	207	2	1	4	(7)	1	1	-	-	-	1.187	788
Industrial	7.496	-	337	-	-	95	(95)	187	219	52	304	(286)	8.308	7.063
Comercial	530	-	86	-	-	16	(16)	-	-	-	-	-	615	412
Rural	694	-	146	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	840	536
Poderes Públicos	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	25
Iluminação Pública	50	-	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	-	50	38
Serviço Público	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	20
Fornecimento Não Faturado	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	460
Serviço Taxado	7	-	1	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	8	9
Participação Financeira	10	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	41
Outros Créditos de Consumidores	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	5
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Total	10.019	39	777	2	1	117	(120)	188	220	52	304	(286)	11.313	9.396

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos:
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reav.	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Liquidadas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidadas
Distribuição	31.053	9.744	(1.712)	-	-	39.085	8.032	(10.196)	28.889	21.035	-	-	-
Terrenos	315	401	-	-	-	716	401	-	716	315	-	-	-
Edif., obras civis e benfeitorias	219	42	-	-	-	260	42	(93)	167	133	-	-	-
Máquinas e equipamentos	29.063	9.269	(1.696)	-	-	36.636	7.573	(8.918)	27.718	20.246	-	-	-
Veículos	1.278	-	-	-	-	1.278	-	(1.109)	169	238	-	-	-
Móveis e utensílios	178	32	(16)	-	-	194	16	(75)	119	103	-	-	-
Administração	2.228	15	(351)	-	-	1.892	(335)	(995)	897	1.085	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.247	1	(220)	-	-	1.029	(218)	(566)	463	595	-	-	-
Veículos	237	-	-	-	-	237	-	(221)	16	41	-	-	-
Móveis e utensílios	744	14	(131)	-	-	626	(117)	(208)	418	449	-	-	-
Subtotal	33.281	9.760	(2.063)	-	-	40.978	7.697	(11.191)	29.787	22.120	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reav.	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Liquidadas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidadas
Distribuição	4.805	17.670	(20.060)	-	-	2.416	(2.390)	-	2.416	4.805	-	-	-
Máquinas e equipamentos	739	10.093	(9.924)	-	-	909	170	-	909	739	-	-	-
Outros	4.066	7.577	(10.136)	-	-	1.507	(2.559)	-	1.507	4.066	-	-	-
Administração	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	5	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.805	17.677	(20.066)	-	-	2.416	(2.390)	-	2.416	4.805	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	38.086	27.436	(22.129)	-	-	43.393	5.307	(11.191)	32.202	26.925	-	-	-

5.2. Composição dos saldos do ativo imobilizado

	2021				2020
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	4,3%	39.085	(10.196)	28.889	21.035
Custo histórico	4,3%	39.085	(10.196)	28.889	21.035
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Administração	8,0%	1.892	(995)	897	1.085
Custo histórico	8,0%	1.892	(995)	897	1.085
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
		40.978	(11.191)	29.787	22.120
Em curso					
Distribuição	-	2.416	-	2.416	4.805
Administração	-	-	-	-	-
		2.416	-	2.416	4.805
		43.393	(11.191)	32.202	26.925

5.3. A composição do intangível

Intangível – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. ©	Reav.	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Administração	47	7	(7)	-	-	47	-	(33)	14	22
Softwares	44	7	(7)	-	-	44	-	(32)	12	20
Outros	3	-	-	-	-	3	-	(1)	2	2
Subtotal	47	7	(7)	-	-	47	-	(33)	14	22
Total do Intangível	47	7	(7)	-	-	47	-	(33)	14	22

5.4 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	29.063	9.269	(1.696)	36.636	7.573
Transformador de Distribuição	2.988	451	(323)	3.117	129
Medidor	1.035	305	(144)	1.196	161
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	4.650	630	(256)	5.023	374
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	11.392	2.649	(698)	13.344	1.951
Subs. Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	7.961	4.994	0,00	12.955	4.994
Demais Máquinas e Equipamentos	1.037	240	(276)	1.001	516

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	401	-	-	-	401
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	50	-	-	-	-	50
Máquinas e Equipamentos	7.138	2.475	419	9	54	10.095
Móveis e Utensílios	5	32	-	-	-	38
A ratear	28	-	-	-	-	28
Transformação, Fabricação e Reparo de	11	-	-	-	-	11
Material em Depósito	3.690	-	-	-	-	3.690
Compras em Andamento	2.494	-	-	-	-	2.494
Adiantamentos a Fornecedores	871	-	-	-	-	871
Total das Adições	14.286	2.909	419	9	54	17.677

5.6 Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Transformador de Medida	4,35
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.7 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Rótulos de Linha	Em Reais
TRANSF. DE FORÇA COM COMUTADOR. TRIFÁSICO. 138KV/13,8KV. 20/26 MVA	3.036.341,04
TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DA SUBESTAÇÃO	401.051,07
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400A MONOFÁSICO	357.015,44
DISJUNTOR TRIPOLAR A VÁCUO 15KV 1250A 25 kA 110KV	295.767,80
CONDUTOR DE ALUMÍNIO-LIGA PROTEGIDO - XLPE 185 mm ²	277.445,65
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 M / 600 daN	271.034,29
RELIGADOR TRIFASICO AUTOMÁTICO A VACUO 15,5 KV 630A 16KA	227.182,44
CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 2 AWG	206.519,94
P3 - PAINEL DE CONTROLE/PROTEÇÃO	171.252,77
DISJUNTOR 145kv, 2000A, ISOLAMENTO A GÁS, EXTERNO, 31,5kA	171.202,91

5.8 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Rótulos de Linha	Em Reais
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400ª MONOFÁSICO	306.730,04
RELIGADOR 15kv, 630ª, TRIFÁSICO, ELETRÔNICO, 12,0 kA	141.737,36
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO	97.326,54
MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL TRIFÁSICO	94.850,30
MÁQUINA DE RAIO X	93.800,00
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	87.112,25
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	64.613,87
CONDICIONADORES DE AR	57.674,93
COMPUTADORES	53.080,81
CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 4 AWG	49.411,50

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001 e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Não há previsão legal de CVA para as Permissionárias. O cálculo de um componente financeiro semelhante à CVA para compensar as diferenças de preço na compra de energia no mercado livre, provocadas pelo descasamento entre o processo tarifário e a atualização do contrato de energia, está sendo tratada na Consulta Pública ANEEL 075/2021, que já teve seu período de contribuições encerrado em 24/01/2022.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste/revisão tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

II) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a CEGERO, por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.938, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 30/09/2021, reajuste médio de 11,41%, sendo -0,30% relativo ao índice de reajuste tarifário econômico, 0,90% relativo aos componentes financeiros pertinentes e 10,81% pela retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior. Por fim, visando amenizar o efeito ao seu consumidor, a Cegero pleiteou a inclusão de financeiro negativo no valor de R\$ 2.000.000,00, relativos ao diferimento de parcela B, o que reduziu seu efeito em 3,31%, passando de 14,72% para 11,41%. Ressalta-se que o valor diferido será contemplado no próximo processo tarifário, devidamente atualizado pelo IPCA.

III) Devolução Tarifária

A Bandeira Tarifária é mecanismo tarifário de cobertura de custos elencados pelo Decreto nº 8.401/2015, e suas revisões subsequentes, que afetem os agentes de distribuição, considerada operacionalmente como adiantamento da CVA do processo tarifário seguinte.

A apuração dos deltas positivos e negativos, seja em relação ao diferencial entre a aplicação da tarifa homologada (tarifa verde) ou desta tarifa homologada acrescida da receita pelo acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, deverá ser contabilizada nas contas usualmente utilizadas: 1X11.1.01 – Custos de Aquisição de Energia (CVAenerg) quando o delta for positivo e 2X11.2.06 – Devoluções Tarifárias quando o delta for negativo.

IV) Outros

As contratações no ambiente livre geram custos que não são possíveis de serem previstos no momento do processo tarifário, a exemplo do risco hidrológico. Como esses custos podem levar ao desequilíbrio econômico-financeiro para as Permissionárias, faz-se necessário calcular um componente financeiro para evitar o desequilíbrio em questão. Para as Concessionárias, este financeiro já existe, e está regulamentado no Módulo 4 do PRORET (Componentes Tarifários das Tarifas de Distribuição).

Foi então reconhecido um financeiro decorrente da aquisição de energia elétrica no mercado livre e participação da Cegero como agente da CCEE, a partir de 01/11/2021, semelhante ao componente existente para as Concessionárias, a CVA - Conta para Compensação de Variação de Valores dos Itens de Parcela A, de forma a evitar o desequilíbrio econômico-financeiro da permissão.

A metodologia de cálculo desse componente financeiro está sendo tratada na Consulta Pública ANEEL 075/2021. Enquanto não há uma definição, adotamos para o ano de 2021 um cálculo semelhante ao da CVA para as Concessionárias.

Este item também traz o valor referente ao PIS/COFINS no suprimento de energia da CELESC.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/20	Adição	Amor-tização	Saldo em 31/12/21	Valores em Amor-tizacão	Valores em Consti-tuição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Fin. Setoriais	1.903	7.951	(6.071)	3.783	1.739	2.044	3.783	0
Neutralidade da Parcela A	232	593	(488)	337	326	12	337	0
Diferimento de Reposição na RTP	0	694	-	694	0	694	694	0
Outros	1.671	6.663	(5.582)	2.752	1.414	1.338	2.752	0
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.903	7.951	(6.071)	3.783	1.739	2.044	3.783	0

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/20	Adição	Amor-tização	Saldo em 31/12/21	Valores em Amor-tizacão	Valores em Consti-tuição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Fin. Setoriais	5.229	10.214	(10.375)	5.069	1.712	3.356	5.069	-
Neutralidade da Parcela A	584	2.068	(1.609)	1.043	1.026	16	1.043	-
Devoluções Tarifárias	-	4.231	(1.886)	2.345	-	2.345	2.345	-
Outros	4.645	3.915	(6.879)	1.681	686	995	1.681	-
Total Passivos Fin. Setoriais	5.229	10.214	(10.375)	5.069	1.712	3.356	5.069	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CEGERO não operou nenhum empréstimo ou financiamento nos exercícios de 2020 e 2021, em empresas ou entidades financeiras.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CEGERO não apurou diferenças temporárias de imposto de renda e a contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Cooperativa não possui litígios conceitualmente classificados como de materialidade negativa provável que possam resultar em obrigações.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição.

10.1. A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		600	0	0	600
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	4,3%	207	0	0	207
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	2,9%	393	0	0	393
(-) Amortização Acumulada - AIS		(20)	0	0	(20)
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	0	(9)	0	0	(9)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	(11)	0	0	(11)
Em curso		50	0	0	50
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	0	50	0	0	50
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	0	0	0	0
Total		629	0	0	629

10.2. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	357	243	0	600	(20)	579	351
Participação Financeira do Consumidor	148	59		207	(9)	198	146
Doações e Subv. A Invest. No Serviço Concedido	209	184	0	393	(11)	381	206
Total	357	243	0	600	(20)	579	351
Em Curso	41	332	(322)	50	0	50	41
Participação Financeira do Consumidor	41	332	(322)	50	0	50	41
Total	41	332	(322)	50	0	50	41

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.271 (Cinco mil e um) associados em 31 de dezembro de 2021.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva para Expansão e Melhorias: é constituído estatutariamente por 70% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Resultado Líquido	2.967	4.980
Tributos e Contribuições S/Resultado	(256)	(209)
(-) Provisão Contribuição Social	(75)	(62)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(182)	(147)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Resultados Abrangentes	921	753
(+) Reversão FATES	921	753
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações (9+10+11)	3.631	5.524
Destinações Estatutárias	(3.087)	(4.695)
(-) Reserva Legal 10%	(363)	(552)
(-) Fates 5%	(182)	(276)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(2.542)	(3.867)
Sobras Líquidas do Período (12+13)	545	829

11.4. Ajustes de exercícios anteriores

A Cooperativa não identificou a necessidade de ajustes de exercícios anteriores de qualquer natureza.

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento – Faturado	6.657	6.450	180.477	162.862	61.222	36.813
Residencial	5.006	4.815	16.742	16.044	5.240	3.298
Industrial	175	161	142.964	126.953	49.509	29.665
Comercial	575	557	7.421	6.289	2.552	1.439
Rural	806	825	11.123	11.323	3.296	2.036
Poder público	48	48	618	447	205	101
Iluminação pública	7	5	1.186	1.238	278	158
Serviço público	40	39	424	567	142	116
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	39.420	36.730
Consumidores Cativos					39.415	36.723
Encargos de conexão de agentes de geração					5	7
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica – Não faturado	-	-	-	-	(291)	(185)
Regulatórias	-	-	-	-	4.677	4.402
Const. E Amortiz. – RTP Diferimento ou Devolução					(1.678)	0
Const. E Amortiz. – Demais Ativos e Passivos Fin. Setoriais					3.672	2.334
Serviços Cobráveis					37	38
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					2.049	1.564
Outras Receitas					597	466
Total	6.657	6.399	180.477	162.862	105.028	77.760

13. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2021	2020
Pessoal	4.562	3.893
Remuneração	2.929	2.591
Encargos	932	882
Despesas rescisórias	218	11
Outros benefícios - Corrente	461	385
Outros	22	23
Administradores	395	354
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	395	354
Total	4.957	4.248

14. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal. As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

15. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, cujo desempenho encontra-se retratado na Demonstração do Resultado do Exercício.

16. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

A Cegero, sediada na cidade de São Ludgero - SC, atende cerca de 6 mil unidades consumidoras, cujo o consumo de energia representa uma receita de 67 milhões de reais. No ano de 2021 a permissionária foi submetida ao processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA. Por ter optado em assinar o Termo Aditivo ao contrato de permissão, aprovado pela REN 704/2016, a definição da parcela B seguiu a regra descrita no submódulo 8.4 do PRORET.

A RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.938, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – Cegero.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	10.831.378,11	14.452.115,21	33,43%	5,40%	21,63%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	60.095,91	52.508,63	-12,63%	-0,01%	0,08%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.431.004,10	9.737.920,49	3,25%	0,46%	14,58%
CDE Conta-COVID	-	1.856.987,55	100,00%	2,77%	2,78%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	-	1.124.402,79	100,00%	1,68%	1,68%
PROINFA	1.340.278,10	1.680.295,74	25,37%	0,51%	2,52%
ENERGIA COMPRADA	35.358.864,16	31.296.446,92	-11,49%	-6,06%	46,84%
Energia	35.358.864,16	31.296.446,92	-11,49%	-6,06%	46,84%
TRANSPORTE DE ENERGIA	8.712.412,28	9.308.865,34	6,85%	0,89%	13,93%
Uso do sistema de distribuição	8.712.412,28	9.308.865,34	6,85%	0,89%	13,93%
Total de Parcela A	54.902.654,56	55.057.427,47	0,28%	0,23%	82,41%
Total de Parcela B	12.104.197,85	11.751.312,51	-2,92%	-0,53%	17,59%
Variação econômica				-0,30%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		2.120.514,38		3,16%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(1.051.106,85)		-1,57%	
Conta Covid-19		(1.028.855,98)		-1,54%	
Previsão de Risco Hidrológico		2.559.632,43		3,82%	
Diferimento de Parcela B		(2.000.000,00)		-2,98%	
Total Financeiros		600.183,99		0,90%	
Variação econômica e financeira				0,60%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				10,81%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				11,41%	

Os custos da Parcela A representam 82,41% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 0,23% da variação econômico-financeira da Cegero, com destaque para:

a) **Encargos Setoriais.** O valor total dos encargos setoriais corresponde ao efeito de 5,40% no presente reajuste tarifário.

b) **Custos de Transmissão.** O valor dos custos com o uso do sistema de distribuição equivale a um impacto tarifário de 0,89%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário das supridoras CELESC.

c) **Compra de Energia.** O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de - 6,06% na tarifa vigente, esse impacto é reflexo da compra de energia no ACL, tendo a Cegero celebrado contrato com a CEMIG GT com vigência a partir de 1º de novembro de 2021.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 17,59% da Receita, resultando num efeito de -0,53% na variação econômico-financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de -0,30%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de 0,90%, que somados a retirada dos financeiros do processo anterior conjugado com a redução dos descontos para os consumidores rurais (10,81%), resultou no efeito médio final para o consumidor em 11,41%.

Sobre os financeiros, destaca-se a inclusão da previsão do risco hidrológico, uma vez que a Cegero migrou para o ACL, com impacto de 3,82% no efeito médio, bem como a inclusão da reversão de parte do empréstimo da Conta Covid, visto que uma parte já havia sido considerada no RTA de 2020, com impacto de -1,54%. Por fim, destaca-se o pedido de diferimento da parcela B, no valor de R\$ 2 milhões, com impacto de -2,98%, solicitado pela permissionária.

SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Quanto à **subvenção da CDE para descontos tarifários**, valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cegero, em relação às competências entre setembro de 2021 a agosto de 2022, é de R\$ 90.202,76. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre setembro de 2020 a agosto de 2021. A Tabela a seguir mostra o cálculo.

Tipo de Subsidio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2021/2022	Previsão 2021/2022 + Diferença
Subsidio Geração Fonte Incentivada	38,52	471,25	509,77
Subsidio Distribuição	36.036,74	-	36.036,74
Subsidio Água, Esgoto e Saneamento	(84,46)	968,51	884,05
Subsidio Rural	(51,16)	36.428,62	36.377,46
Subsidio - Irrigante/Aquicultor	2.266,40	14.128,35	16.394,75
TOTAL	38.206,04	51.996,73	90.202,76

O Gráfico I.4.1 apresenta a participação de cada segmento de custo na composição da receita da Distribuidora com tributos.

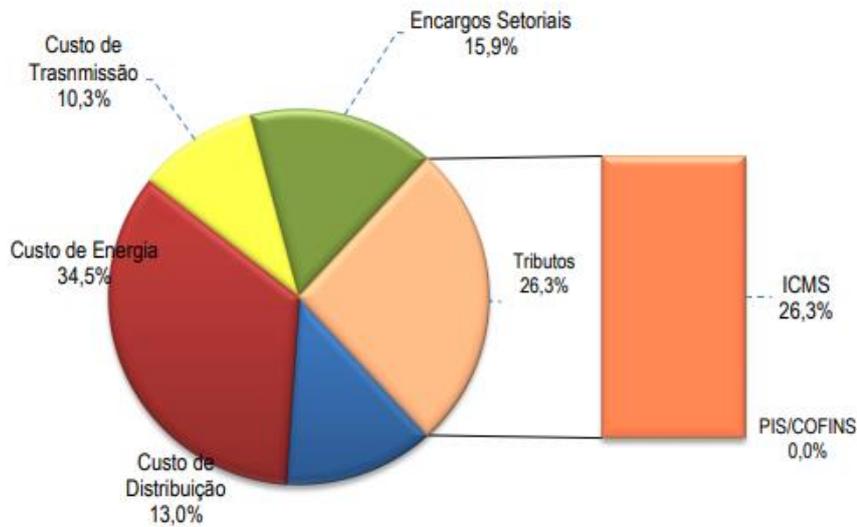


Gráfico I.4.1 – Composição da Receita com Tributos

O Gráfico a seguir mostra a evolução da tarifa B1 – Residencial da Concessionária nos últimos 4 anos e as variações do IGP-M e do IPCA no mesmo período, bem como as tarifas de sua supridora CELESC.

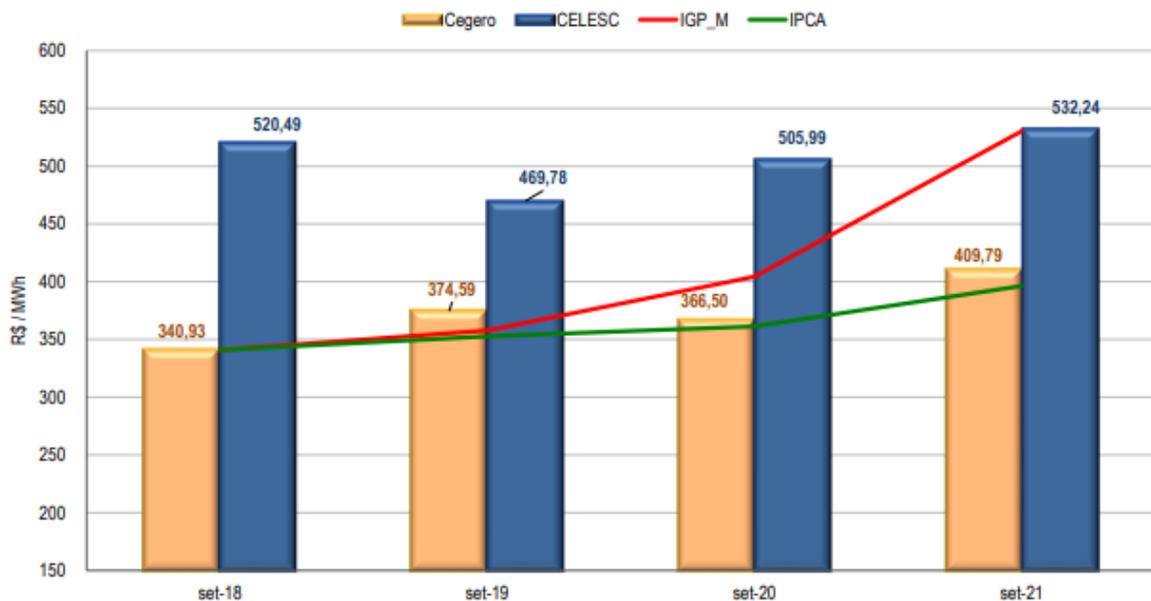


Gráfico I.4.2 – Evolução da Tarifa Residencial B1

Pleitos Específicos

A Cegero solicitou ajustes no mercado de referência, uma vez que em virtude da alteração de data de leitura, principalmente do Grupo A, seu mercado passou a refletir 371 dias.

Em que pese a Cegero ter feito alteração das datas de leitura em obediência a REN 863/2019, entendemos que a diferença de 6 dias em seu mercado não tem o condão de alterar os cálculos do processo tarifário, no entanto, o mercado de fornecimento faturado de 365 dias foi considerado para o cálculo das perdas técnicas do presente processo, visando refletir a realidade para a cobertura tarifária.

Sobre a inclusão do financeiro relacionada a retirada do ICMS da Base do PIS/COFINS na revisão tarifária da supridora Celesc, a Cegero pleiteia que seja reconhecido a devolução individualizada desse financeiro às permissionárias que foram regularizadas depois de 2017 (ano do julgado do STF), semelhante pedido já foi feito pela cooperativa na Consulta Pública do processo de revisão tarifária da supridora. O valor de devolução estimado pela Cegero é de aproximadamente R\$ 4 milhões, atualizados até julho/21.

A discussão da metodologia de devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas concessionárias em virtude do tema mencionado, tramita em processo específico, não sendo possível de ser considerado no presente processo.

Por fim, visando amenizar o efeito ao seu consumidor, a Cegero pleiteou a inclusão de financeiro negativo no valor de R\$ 2.000.000,00, relativos ao diferimento de parcela B, o que reduziu seu efeito em 3,31%, passando de 14,72% para 11,41%.

Ressalta-se que o valor diferido será contemplado no próximo processo tarifário, devidamente atualizado pelo IPCA.

6- Notas Conciliatórias Societária x Regulatória

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC.	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes CPC	Societário	Regulatório	Ajustes CPC	Societário
ATIVO						
Circulante	31.269		31.269	31.142		31.142
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.277		15.277	19.174		19.174
Caixa	3		3	2		2
Numerários em Trânsito	0		0	9		9
Bancos Conta Movimento	4.341		4.341	3.346		3.346
Aplicações no Mercado Aberto	10.933		10.933	15.817		15.817
Direitos Realizáveis	15.992		15.992	11.968		11.968
Consumidores	11.312		11.312	9.395		9.395
Encargos de Uso da Rede	1		1	1		1
Serviços em Curso	26		26	40		40
Tributos Compensáveis	35		35	55		55
Almoxarifado Operacional	53		53	49		49
Ativos Financeiros Setoriais	3.783		3.783	1.903		1.903
Despesas pagas Antecipadamente	57		57	2		2
Outros Ativos Circulantes	725		725	523		523
Não Circulante	32.304		32.304	27.062		27.062
Realizável a Longo Prazo	36		1.746	71		402
Tributos Compensáveis	36		36	71		71
Outros Ativos não Circulantes	0	1.710	1.710	0	331	331
Investimento	52		52	43		43
Bens e Ativ. não Vinc. À permissão	52		52	43		43
Bens de Uso	32.202		1.605	26.925		1.937
Imobilizado	32.202	(30.597)	1.605	26.925	(24.988)	1.937
Intangível	14		28.901	23		24.680
Intangível	14	28.887	28.901	23	24.657	24.680
Total do Ativo	63.573		63.573	58.204		58.204

PASSIVO	Regulatório	Ajustes CPC	Societário	Regulatório	Ajustes CPC	Societário
Circulante	17.368		17.368	14.958		14.958
Fornecedores	5.258		5.258	5.159		5.159
Obrigações Sociais e Trabalhistas	754		754	662		662
Tributos	2.573		2.573	2.012		2.012
Encargos Setoriais	3.011		3.011	1.500		1.500
Passivos Financeiros Setoriais	5.069		5.069	5.229		5.229
Outros Passivos Circulantes	704		704	396		396
Não Circulante	629		629	392		392
Participação Fin. do Consumidor	629		629	392		392
Patrimônio Líquido	45.576		45.576	42.854		42.854
Capital Social	234		234	222		222
Reservas de Capital	44.797		44.797	41.803		41.803

Fundo de Res. p/ Expansão e Melhorias	38.736		38.736	36.194		36.194
Fundo de Reserva	5.343		5.343	4.980		4.980
FATES	718		718	629		629
Sobras à Disposição da Assembleia	545		545	829		829
Total do Passivo	63.573		63.573	58.204		58.204

DRE - REG. x SOC.	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes CPC	Societário	Regulatório	Ajustes CPC	Societário
01. Receita Operacional Bruta	105.028		107.420	77.760		80.007
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	60.931		60.931	36.628		36.628
(+) Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	39.420		39.420	36.730		36.730
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.994		1.994	2.334		2.334
(+) Serviços Cobráveis	37		37	38		38
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	2.049		2.049	1.564		1.564
(+) Outros Ingressos e Rendas	597	2.392	2.989	466	2.247	2.713
02. Dedução da Receita Bruta	(45.151)		(45.151)	(26.875)		(26.875)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(24.415)		(24.415)	(17.908)		(17.908)
(-) Encargos do Consumidor	(20.736)		(20.736)	(8.968)		(8.968)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	59.877		62.269	50.885		53.132
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(47.546)		(47.546)	(37.755)		(37.755)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(47.546)		(47.546)	(37.755)		(37.755)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	12.331		14.723	13.130		15.377
06. Despesas Operacionais	(10.698)		(13.090)	(9.204)		(11.451)
(+) Recuperação de Despesas	87		87	69		69
(-) Pessoal e Administrativo	(4.957)		(4.957)	(4.248)		(4.248)
(-) Material	(613)		(613)	(435)		(435)
(-) Serviços de Terceiros	(1.566)		(1.566)	(1.468)		(1.468)
(-) Depreciações	(1.355)		(1.355)	(1.301)		(1.301)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(434)		(434)	(383)		(383)
(-) Seguros	(24)		(24)	(18)		(18)
(-) Despesas Tributárias	(15)		(15)	(16)		(16)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(845)		(845)	(683)		(683)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	(2)		(2)	(57)		(57)
(-) Outras Despesas Operacionais	(974)	(2.392)	(3.366)	(664)	(2.247)	(2.911)
07. Resultado Operacional (5+6)	1.633		1.633	3.926		3.926
08. Resultado Financeiro	1.334		1.334	1.054		1.054
(+) Receita de Aplicação Financeira	588		588	326		326
(+) Outras Receitas Financeiras	907		907	898		898
(-) Outras Despesas Financeiras	(161)		(161)	(171)		(171)
09. Resultado Líquido (7+8)	2.967		2.967	4.980		4.980
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(256)		(256)	(209)		(209)
(-) Provisão Contribuição Social	(75)		(75)	(62)		(62)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(181)		(181)	(147)		(147)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
11. Resultados Abrangentes	921		921	753		753
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0		0	0		0
(+) Reversão Doações e Subvenções	0		0	0		0
(+) Reversão FATES	921		921	753		753
DEMONS. DAS DEST. LEGAIS E ESTATUTÁRIAS						
12. Base para Destinações (9+10+11)	3.632		3.632	5.524		5.524
13. Destinações Estatutárias	(3.087)		(3.087)	(4.695)		(4.695)
(-) Reserva Legal 10%	(363)		(363)	(552)		(552)
(-) FATES 5%	(182)		(182)	(276)		(276)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(2.542)		(2.542)	(3.867)		(3.867)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	545		545	829		829

17.1 EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

17.1.1 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

17.1.2 ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

17.1.3 ATIVO INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

17.1.4 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo immobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

17.2 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ICPC 01). Esta atualização produz efeitos sobre a provisão para o imposto de renda e contribuição social. Em 2021 não houve ainda a implantação do VNR (Valor Novo de Reposição).

9- Relatório dos Auditores Independentes

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, com data de 11 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 31 de março de 2022.

HERMENEGILDO JOAO Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2022.04.25 10:24:12 -03'00'
VANONI:29601045953

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012